



RODRIGO PAIVA/FOLHA IMAGEM

Projeto social voltado para a educação de crianças carentes, no Rio de Janeiro: luta contra a violência exige mobilização da sociedade

Sociedade pede punição mais severa para criminosos

- Pesquisa do instituto DataSenado demonstra que os brasileiros exigem do Congresso a aprovação de mudanças legislativas para tornar as penas mais rigorosas.
- Votação da proposta que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos está marcada para esta quarta-feira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.
- Na semana passada, foram aprovados seis projetos de lei do pacote antiviolência, entre eles o que endurece a legislação referente aos crimes de lavagem de dinheiro.

PÁGINAS 3 A 6

Comissão analisa emenda que prevê leilão de precatórios

O senador Valdir Raupp deverá apresentar, quarta-feira, na Comissão de Constituição e Justiça relatório sobre a PEC 12/06, que visa agilizar a liquidação de precatórios estaduais e municipais.

PÁGINA 11

e mais... cidadania

AGENDA

Página 2

AGORA É LEI

PERGUNTE AO SENADOR

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 17

Como abrir um negócio próprio

Montar uma empresa pode ser uma alternativa ao desemprego, ao baixo salário ou à insatisfação no trabalho. Mas como saber se as chances de dar certo são boas? Veja neste Especial Cidadania quais os passos iniciais para abrir um negócio sem correr riscos desnecessários.

PÁGINA 20

Collor propõe adoção do regime parlamentarista

PÁGINA 9

Embrapa cobra apoio a pesquisas sobre o clima

O chefe-geral da Embrapa Informática Agropecuária, Eduardo Delgado Assad, lamentou o bloqueio de recursos públicos para pesquisas sobre o aquecimento global. Em depoimento à Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, ele afirmou que isso colabora para que o Brasil trafegue na contramão da tendência mundial.

PÁGINA 12

CPI do Apagão Aéreo depende de reunião de líderes na terça-feira

PÁGINA 2



JOSÉ CRUZ

Integrantes de 98 nações indígenas participaram de debates no Congresso

Índios exigem mais atenção a seus direitos

Representantes dos indígenas participaram de audiência pública no Senado em comemoração do Dia do Índio, 19 de abril. Uma das reivindicações foi a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, em tramitação na Câmara.

PÁGINA 10

SEGURANÇA PÚBLICA Debate e votação do mais polêmico projeto do pacote antiviolação será na quarta-feira

CCJ decide sobre maioria penal

A proposta de redução da maioria penal de 18 para 16 anos de idade – a mais polêmica do pacote de medidas para a redução da criminalidade – terá um momento decisivo nesta quarta-feira, quando a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne para tratar exclusivamente do tema e votar o substitutivo do senador Demostenes Torres (DEM-GO) a seis propostas de emenda à Constituição (PECs 18/99, 20/99, 03/01, 26/02, 90/03 e 09/04). O texto de Demostenes reduz a idade apenas em caso de crimes hediondos.

– Esse é o projeto mais importante do pacote antiviolação, e queremos que todos os senadores tenham a oportunidade de expor suas opiniões – afirmou Demostenes.

Foi a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente e contrária à redução da idade penal, quem defendeu o adiamento da votação para esta semana.

– Quanto mais tempo tivermos para aprofundar o debate melhor será para todos – disse.

Na semana passada, Demostenes e Patrícia debateram a questão com jovens por meio de videoconferência promovida pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi).

Demostenes explicou que seu substitutivo só reduz a maioria penal para crimes graves como a tortura e o tráfico de drogas. Para crimes leves, o substitutivo prevê a manutenção do atual sistema de aplicação de medidas socioeducativas.

Os senadores defenderam a oferta de educação pública de qualidade como uma das principais medidas de prevenção da violência. Para Demostenes, para que os jovens se distanciem da criminalidade é preciso dar alternativas, como a escola em tempo integral.

Patrícia Saboya concorda:

– Lugar de criança é na escola, e não na cadeia.

Ela considera que o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê medidas para combater a violência juvenil que precisam ser colocadas em prática.

– Temos que trabalhar para melhorar a Justiça brasileira, para colocar mais policiais nas ruas e garantir mais proteção à sociedade. Quando o Estado conseguir fazer isso, aí poderemos discutir a mudança na maioria penal e o aumento de penas – argumentou.

Adolescentes de oito estados, alguns cumprindo penas alternativas, participaram do debate. Quatro jovens do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua estiveram presentes ao encontro no Senado.



A maioria penal foi debatida por Demostenes Torres e Patrícia Saboya com jovens de oito estados

Relator admite redução de idade apenas para crimes hediondos

Serra defende uso de pulseira eletrônica

O governador de São Paulo, José Serra, entregou na semana passada ao presidente do Senado, Renan Calheiros, projeto que prevê o uso de pulseira monitorada eletronicamente por presidiários em liberdade condicional. O sistema já é adotado desde os anos 90 nos Estados Unidos, por exemplo.

– Não há constrangimento algum para o preso e a medida será da maior eficácia para o país – disse o governador.

Serra disse que Renan se mostrou favorável à proposta, que seria apresentada no Senado pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e na Câmara pelo deputado Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP).

Pelo projeto, os prisioneiros em regime semi-aberto (liberdade condicional, trabalho externo, autorizados a sair em fins de semana) usariam as pulseiras para permitir o controle, e evitar seu envolvimento em atividades proibidas. Serra explicou que a proposta tem por base a experiência de São Paulo e que os custos para implantar o monitoramento eletrônico não são altos.

– Eu determinei que as secretarias de Administração Penitenciária, de Segurança e de Justiça implantassem esse sistema. Eles disseram que é preciso ter uma lei nacional. O projeto, portanto, é produto do que eles estudaram. Definimos um a um os crimes

que são suscetíveis de pulseira. E nos outros casos, o uso da pulseira ficará a critério do juiz.

Em seguida, Serra esteve na reunião da CCJ que aprovou medidas do pacote antiviolação a fim de pedir apoio para o projeto. Aos senadores, Serra observou que o monitoramento permitiria uma diminuição de presos nas cadeias, com economia para os cofres estaduais. Atualmente, de acordo com Serra, São Paulo detém o maior número de pessoas encarceradas do país, cerca de 153 mil presos.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) informou a Serra que estão na pauta da CCJ dois projetos sobre monitoramento de presos.

Bloqueio de celulares irá a voto na CI

O projeto de lei que pretende impedir a comunicação por telefone celular do interior de penitenciárias estaduais e federais deve ser analisado nesta terça-feira pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). A proposta (PLS 137/06) obriga as operadoras de telefonia celular a instalar bloqueadores de radiocomunicações.

O relatório do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) prevê que a instalação dos bloqueadores – ao custo de R\$ 300 mil para cada um dos mil presídios do país – seja custeada pelo Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel).



José Serra (E) acompanhou parte da reunião da CCJ destinada a votar o pacote antiviolação e defendeu monitoramento de presos

Comissão rejeita poder para estados legislarem em matéria penal

A CCJ rejeitou na semana passada o projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que autorizaria estados e o Distrito Federal a legislar sobre direito penal em questões específicas de aumento de penalidade, envolvendo a Lei de Contravenções Penais (PLS 52/07).

Apesar de reconhecer o mérito da proposta, o relator, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), argumentou que ela implicaria aumentar o número de leis criminais no país. Além disso, o caminho atual apontaria na direção de um sistema

único de segurança pública.

O senador Demostenes Torres (DEM-GO) afirmou que o Brasil ainda não tem maturidade para delegar aos estados o direito de construir sua própria legislação penal. Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Valter Pereira (PMDB-MS) acompanharam esse raciocínio.

A proposta de Camata teve origem em demanda do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), que quer maior autonomia para os estados legislarem sobretudo em matéria penal. Com

base no pedido, o presidente do Senado, Renan Calheiros, criou em fevereiro uma comissão especial para debater as propostas e pediu parecer da Advocacia do Senado sobre o assunto.

Para Cabral, o Brasil, como os Estados Unidos, tem dimensões continentais e a legislação deve acompanhar a realidade e a identidade cultural das regiões.

Dessa forma, exemplifica, a punição para quem comete um delito de trânsito no Rio de Janeiro ou no Acre deve ser diferente.

Segundo ele, o crescimento da violência no seu estado faz com que mudanças na legislação se tornem urgentes. Porém, mudar o Código Penal é um processo demorado, visto que o Congresso tem muitas atribuições. Essa seria, então, uma maneira de retirar algumas iniciativas de leis do Congresso, sobrecarregado de prerrogativas.

Pesquisa do DataSenado, divulgada por Renan na semana passada (veja páginas 4 e 5), indicou que 62% dos entrevistados concordam com a proposta.

SEGURANÇA PÚBLICA Violência leva população a aprovar endurecimento das leis, revela pesquisa DataSenado

Sociedade quer punições mais severas

O crime passou a fazer parte da vida dos brasileiros, que reagem a essa realidade de insegurança exigindo do Congresso Nacional a aprovação de mudanças legislativas que tornem mais rigorosas as punições. É o que conclui pesquisa realizada pelo DataSenado, realizada com 1.068 cidadãos maiores de 16 anos, em 130 municípios do país. Segundo os dados do estudo, anunciados na semana passada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, a população é a favor de uma maioria penal inferior a 18 anos, de um teto maior que 30 anos para permanência de um condenado nos presídios e até da adoção da prisão perpétua (veja quadro ao lado).

O momento escolhido para a divulgação da pesquisa não poderia ser mais apropriado: Renan Calheiros apresentou os dados à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que realizava reunião especial para votar um pacote de projetos voltados para a segurança pública (veja matérias na página 6). Segundo o DataSenado, o avanço da criminalidade é hoje muito mais que um fato social para 36% dos brasileiros, que declararam já ter sido vítimas da violência em caráter pessoal, enquanto 7% revelaram ter tido algum parente ou conhecido assassinado e 3% disseram ter sofrido violência policial.

– A pesquisa é um reflexo dessa ansiedade social sobre as providências para a solução do problema e uma demonstração da falência do atual sistema de segurança pública. Daí a importância de que todos os senadores possam conhecer os seus resultados. O que a sociedade quer é a punição, com mais rigor e aumento de penas. Discussão inadiável, da qual o Senado não está se esquivando, muito pelo contrário. Só a CCJ já discutiu e está votando mais de 30 projetos endurecendo a legislação – afirmou o presidente do Senado.

Assim, em um Brasil onde 86% acreditam que a violência hoje é maior do que era no ano passado, nada mais natural, informa o DataSenado, que esmagadoras majorias defendam a prisão perpétua como uma das opções válidas no combate ao crime (75%), o aumento da pena máxima de 30 anos (69%), o cumprimento integral das penas pela prática de crimes hediondos (93%) e, o mais polêmico entre todos os temas, que menores infratores recebam as mesmas punições destinadas a adultos (87%) previstas no Código Penal.



Em reunião da CCJ presidida por Valter Pereira, Renan (D) apresenta resultado de pesquisa realizada com 1.068 brasileiros



Senadores que integram a Comissão de Justiça examinam pacote de projetos que objetivam a redução da criminalidade no país

De todas as medidas, a única que não está acessível a uma mudança legislativa no momento é a da prisão perpétua (veja texto abaixo).

– Claro que isso é uma cláusula pétrea da nossa Constituição, mas o item só foi incluído na pesquisa como um termômetro,

para que os senadores possam avaliar o sentimento da opinião pública – justificou o presidente do Senado.

Outra medida aprovada pela população também é alvo de polêmica em relação à sua aplicação em curto prazo: a possibilidade de penas diferenciadas entre estados tem o aval de 62% dos entrevistados. Tese defendida pelo governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, tal modificação poderia ser considerada interferência no próprio conceito de federação hoje existente – que é uma das quatro cláusulas pétreas do texto constitucional. Projeto nesse sentido foi rejeitado na votação da CCJ.

artigo 60 define o que são as chamadas cláusulas pétreas, ou seja, as questões inseridas na Constituição que não podem ser alteradas por meio de emendas. São elas a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais.

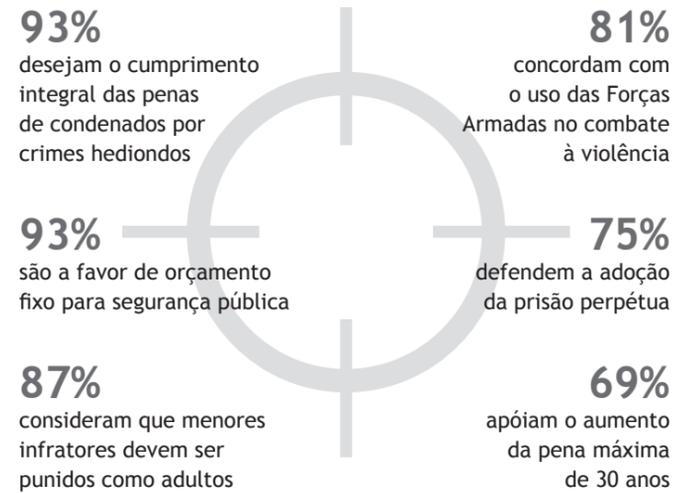
É nesse último item que se insere a discussão sobre a prisão perpétua. O Capítulo I da Carta Magna – aquele que começa com a conhecida frase “Todos são iguais perante a

lei” – discrimina os direitos e deveres individuais e coletivos dos brasileiros. Um deles assegura que não haverá penas de caráter perpétuo.

Desse modo, o eventual caminho para a adoção da prisão perpétua no Brasil é bastante longo e passaria pela convocação de uma assembleia nacional constituinte, única instituição capaz de, reescrevendo os preceitos básicos da sociedade brasileira, modificar aquela cláusula pétrea, dando ao texto uma nova redação, ou apenas suprimindo a referência.

Rigor contra criminosos

Pesquisa mostra que sensação de insegurança dos brasileiros é proporcional ao desejo de adoção de medidas mais rígidas contra o crime



O que a população quer mudar

	Como é	Como poderia ficar
Majoridade penal	As penas mais rigorosas do Código Penal não se aplicam aos menores de 18 anos, cujas sanções estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. A reclusão máxima para um menor infrator é de três anos.	Diversos projetos tramitam nas duas Casas do Congresso propondo a redução da maioria penal ou até mesmo a sua abolição, passando a gravidade do crime a determinar que tipo de pena deveria ser aplicada.
Tempo na prisão	Ainda que seja condenado por muitos homicídios a penas que totalizem, por exemplo, 200 anos, o criminoso não permanece recluso por mais de 30 anos ininterruptos. São raríssimos os casos de alguém que tenha cumprido os 30 anos.	Em março, foi sancionada lei que aumenta para dois quintos o tempo mínimo que um preso deve cumprir dentro da prisão antes de pedir progressão para o regime semi-aberto. A restrição vale para condenados por crimes hediondos.
Verbas para segurança	Como todas as demais verbas de investimentos previstas no Orçamento (exceção feita à educação e à saúde), os recursos destinados à segurança pública variam de ano para ano e podem - o que tem ocorrido regularmente - ser contingenciados em grande parte.	Uma proposta de emenda constitucional em tramitação no Senado dá à segurança pública o mesmo status das áreas de educação e saúde, de modo a que, temporariamente, ela tenha direito a uma parcela mínima do Orçamento, sem possibilidade de redução.
Prisão perpétua	Nenhuma pena terá caráter perpétuo, afirma a Constituição em seu capítulo reservado às garantias individuais. Isso é cláusula pétrea e vale para qualquer tipo de crime.	Uma mudança no texto constitucional só poderia ser adotada por uma assembleia nacional constituinte, pois a questão está inserida nas chamadas cláusulas pétreas da Carta Magna.

A pesquisa de opinião pública nacional realizada pelo DataSenado entre março e abril de 2007 cobriu um universo de pessoas com idade igual ou acima de 16 anos. Foram realizadas 1.068 entrevistas, aplicadas em 130 municípios distribuídos pelos 26 estados e o DF. Os dados foram coletados por meio de entrevista por telefone. A margem de erro da pesquisa é de 3%.

Fonte: DataSenado



Cláusula pétrea proíbe a prisão perpétua

Em seu artigo 60, a Constituição de 1988 especifica quais partes e de que modo o texto constitucional poderão ser modificados. Ali, por exemplo, está definida a exigência de que uma emenda constitucional só pode ser promulgada se tiver sido discutida e votada, em dois turnos, nas duas Casas do Congresso separadamente, recebendo em cada uma delas pelo menos três quintos de votos favoráveis entre seus membros (não apenas de presentes, mas de todos os membros).

O parágrafo 4º do mesmo

SEGURANÇA PÚBLICA Brasileiros querem Forças Armadas no patrulhamento e recursos para combate ao crime



ANA CAROLINA FERNANDES/FOLHA IMAGEM

Jardim da morte: grupo Rio de Paz coloca 1.300 rosas vermelhas na praia de Copacabana, para lembrar as vítimas fatais da violência na cidade neste ano

Para maioria, setor deve ter verba garantida no Orçamento

Para os brasileiros, o aumento da criminalidade é consequência direta de causas perfeitamente identificáveis. Segundo a pesquisa DataSenado, a maioria dos 1.068 entrevistados atribui o avanço da violência à impunidade (30%) e ao tráfico e consumo de drogas (26%). Mas a opinião pública considera também que parte da insegurança é decorrente de problemas estruturais, tais como o desemprego (16%), a falta de

ensino (14%) e a ausência do Estado (8%), em especial nas comunidades carentes.

Além de oferecer sugestões de recrudescimento da legislação de combate ao crime, os entrevistados se mostraram amplamente favoráveis ao uso das Forças Armadas para apoiar a patrulha nas ruas das cidades (81%) e à tese de que a segurança pública tenha uma parcela fixa do Orçamento da União (93%), tal como já ocorre com a educação e a saúde.

Desde a época em que foi ministro da Justiça, no final da década passada, o senador Renan Calheiros vem pregando a adoção da vinculação orçamentária, emergencial e temporária, para as verbas da segurança pública. Autor da PEC 60/05, que trata justamente desta questão, o presidente do Senado acredita que, além do aperfeiçoamento institucional (“que já estamos fazendo”), esse é o primeiro problema que precisa ser resolvido, pelo menos enquan-

to perdurar a crise de segurança vivida pelo país.

– Na pesquisa, fica clara a compreensão da sociedade de que o combate ao crime passa por investimentos em segurança pública: em aumento do número de policiais, em melhores salários, em compra de equipamentos. Cerca de 93% da sociedade avalia da mesma forma. Cabe aos senhores definirem qual o melhor modelo para que essa vinculação seja implementada – defendeu Renan.

Serviço 0800 informa sobre projetos para frear violência

O Senado Federal, por meio do serviço 0800, está fornecendo informações aos cidadãos sobre todos os projetos relativos à segurança pública que tramitam na Casa ou que já foram enviados à apreciação da Câmara dos Deputados. Ao acessar o serviço, as pessoas poderão saber sobre ritos de tramitação de cada projeto, nomes de relatores, conteúdo das matérias e também sugerir aos senadores novas idéias que possam contribuir para combater a violência.

No Congresso Nacional, neste momento, tramitam dezenas de proposições referentes ao tema, incluindo o projeto que reduz a maioridade penal, a ser analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nesta semana. O número do Alô Senado, serviço vinculado à Secretaria Especial de Comunicação Social (SECS), é 0800 61-2211.

Redução da idade penal é polêmica entre senadores

A redução da maioridade penal, defendida por grande parte dos entrevistados pelo DataSenado, é de longe a mais controversa das medidas em estudo no Congresso. De acordo com a pesquisa, a percepção dos brasileiros em relação aos menores infratores, ao contrário da atual legislação, é a de que, mais importante do que a idade do criminoso, é a gravidade do delito praticado. Tanto que 87% querem punição igual para adultos e menores.

A divisão se registra, porém, quando a questão é a faixa etária. Para 36%, os jovens devem adquirir maioridade penal aos 16 anos. Outros 29% consideram que desde os 14 anos o menor

deve ser imputável. E 21% dos entrevistados defendem punição a partir dos 12 anos. Para os outros 14%, a maioridade nem sequer deveria existir e o infrator poderia ser punido em qualquer idade.

– Observamos que 87% da população querem punição igual para adultos e menores criminosos. Pesa menos a idade e mais a gravidade do crime – diz Renan.

Ao contrário do sentimento generalizado entre a população, o tema divide as opiniões dos senadores, como ficou comprovado na reunião da CCJ.

Para Demostenes Torres (DEM-GO), os números do estudo reforçam suas convicções.

– Meu projeto sobre a maioridade penal prevê pena de privação de liberdade [prisão] apenas para os crimes hediondos – assassinato, tráfico de drogas, tortura etc. Nos demais, continuariam a ser implementadas as medidas socioeducativas.

Relator do projeto de Demostenes na CCJ, Magno Malta (PR-ES) também se alinha com a maioria dos brasileiros em relação à maioridade penal.

– Estou introduzindo uma emenda, propondo que não se trate mais da questão da faixa etária. Para mim, cometeu o crime com natureza hedionda, vai cumprir pena de prisão, independentemente da idade.

Aloizio Mercadante (PT-SP) admitiu que “o sentido geral da pesquisa é o sentimento desta comissão”, no que diz respeito às tentativas de impor maior rigor na repressão ao crime. Porém, se manifestou contrário à redução da maioridade penal.

– É um erro que vamos imprimir neste esforço de combate à violência – frisou Mercadante.

Para o senador Romeu Tuma (DEM-SP), os menores abandonados “que ainda não foram cooptados pelo crime organizado” necessitam de assistência social. Já os que praticam crime devem cumprir penas em presídios especiais, “tendo a oportunidade de estudo e formação profissional”.

Washington Post cita trabalho do Congresso na repressão ao crime

Em reportagem publicada na edição dominical de 16 de abril, o diário norte-americano Washington Post descreveu, com números e casos da vida real, o problema da violência no Rio de Janeiro. Um dos destaques da matéria é a ação do Congresso Nacional para aprovar medidas mais duras contra criminosos, com foco nos crimes que envolvem crianças e adolescentes.

“Nos últimos três meses, alguns crimes alarmantes foram a faísca para renovar os debates nacionais sobre a relação entre infância e violência. O Congresso do Brasil está considerando aplicar sentenças mais duras para crimes envolvendo crianças e, possivelmente, reduzir a idade mínima para imputabilidade penal de adolescentes, hoje fixada em 18 anos”, afirma o jornal.

Pela matéria, os leitores americanos foram informados que “o número de mortes de jovens atribuídas à violência excede em muito o de zonas de guerra”. E, com base em dados de organizações locais, compara: entre 2002 e 2006, morreram 729 menores no conflito entre israelenses e palestinos. No mesmo período, 1.857 menores foram assassinados no Rio.

“Desde a morte [do garoto

João Hélio, no Rio de Janeiro], o Congresso tomou medidas para aumentar as penalidades contra adultos que envolvem crianças em crimes e debate a diminuição da idade pela qual adolescentes podem ser acusados criminalmente, para 16 anos. Por enquanto, porém, a polícia diz que se sente deficiente por conta da lei”, continua o jornal.

A reportagem reproduz decla-

ração de um policial civil entrevistado, Rodrigo Oliveira, que denuncia que “gangues estão usando crianças com menos de 18 anos para os piores crimes porque sabem que elas não vão para a cadeia”. Por outro lado, o repórter entrevistou dois meninos da favela da Rocinha, um deles envolvido com o Comando Vermelho. Em uma coisa ambos concordam: não podem confiar na polícia.

SEGURANÇA PÚBLICA Combate à lavagem de dinheiro está entre as seis novas medidas decididas pelos senadores

Comissões aprovam projetos antiviolaência

Seis projetos destinados a combater a violência foram aprovados em comissões do Senado na semana passada, dentro do esforço dos parlamentares de dar resposta à sociedade diante do aumento da criminalidade.

A Comissão de Educação acolheu o PLS 217/06, que determina que haja salas de aula em presídios. A matéria segue à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que,

por sua vez, aprovou cinco projetos: o que libera o acesso de informações cadastrais básicas de clientes bancários para investigações criminais (PLS 140/07); o que permite ao Fundo de Segurança Pública financiar a modernização de sistemas de investigação (PLS 135/07); o que concede benefícios fiscais a empresas que contratarem presos (PLS 148/07); o que torna mais rigorosa a punição para quem praticar crime de lavagem de

dinheiro (PLS 209/03); e ainda o que amplia a aplicação de penas alternativas (resultante dos PLSs 137/07 e 163/07). Todas as propostas são terminativas, ou seja, seguem para a Câmara, com exceção do PLS 140/07, sobre sigilo bancário, que vai ao Plenário.

Um grupo de trabalho analisou durante um mês as propostas antiviolaência. Mas vários projetos já haviam sido aprovados pela comissão e agora tramitam na Câmara dos Deputados.

CCJ aperta cerco a lavagem de dinheiro

O projeto que altera a Lei 9.613/98, conhecida como a Lei de Lavagem de Dinheiro, foi aprovado pela CCJ. O texto determina que qualquer caso de ocultação e dissimulação de valores de origem ilícita se enquadre como crime de lavagem de dinheiro. A matéria, que vai ao Plenário, é tida como a “terceira geração” de legislação contra a lavagem de dinheiro.

– Isso iguala nossa legislação à de países como os Estados Unidos, México, Suíça, França e Itália, entre outros, pois passaremos de uma legislação de “segunda geração”, ou seja, com rol fechado de crimes antecedentes, para uma de “terceira geração”, com rol aberto – disse o relator, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

A matéria acolhida pela comissão foi um substitutivo ao PLS 209/03, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que

tramita juntamente com os PLSs 225/06, 48/05 e 193/06. O relator manteve o texto do senador Pedro Simon (PMDB-RS), aprovado na semana passada pela CAE.

Jarbas lembrou que a proposta já havia sido aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa, justamente na forma do substitutivo agora referendado pela CCJ.

Além de acabar com a figura do “crime antecedente”, o texto aumenta a penalidade máxima de dez para 18 anos. E pune quem utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores que sabe ou deveria saber serem provenientes de infração penal.

O PLS facilita ainda a colaboração nas investigações, conhecida como “delação premiada”, que será negociada pelo juiz e pelo Ministério Público, e mantida em termo separado e sob sigilo. E atinge também quem efetua

transações ou operações para evitar a comunicação obrigatória das transações financeiras.

Nos casos de prisão preventiva, determina que o réu não pode obter liberdade provisória mediante fiança e nem apelar em liberdade, mesmo que primário. A fiança, quando possível, será fixada proporcionalmente aos valores envolvidos na infração penal, podendo atingir até o total do valor estimado no crime. E o juiz poderá decretar apreensão dos bens existentes também em nome dos chamados “laranjas”.

Atualmente, a lavagem de dinheiro só ocorre se associada aos seguintes crimes: tráfico de drogas ou armas; terrorismo; seqüestro; crimes contra a administração pública e contra o sistema financeiro nacional; os praticados por organização criminosa; e ainda os praticados contra administração pública estrangeira.



Polícia carioca efetua prisões no Morro da Mineira, no Rio de Janeiro, depois de sangrentos enfrentamentos entre traficantes

Proposta amplia e reforça as penas alternativas

A CCJ aprovou, em decisão terminativa, alterações no Código Penal para ampliar o rol de aplicação de penas alternativas. Entre as mudanças, está a que permite ao juiz substituir a pena de privação da liberdade pelo recolhimento domiciliar, com o compromisso de o condenado frequentar curso escolar ou profissionalizante.

O relator, senador Valter Pereira (PMDB-MS), ao apoiar o projeto (PLS 163/07) de Aloizio Mercadante (PT-SP), apresentou um substitutivo aproveitando parte do PLS 137/07 do senador Demostenes Torres (DEM-GO), que também trata do tema.

As duas principais modificações são a permissão aos juizes para aplicar outras penas alternativas não previstas na legislação, levando-se em conta a situação econômica, a aptidão e a personalidade do réu; e a retirada da legislação (artigo 43 do Código Penal) do limite máximo de 360 salários mínimos para a pena de prestação pecuniária, para punir com rigor o criminoso de maior poder aquisitivo.

O projeto aprovado pela CCJ também dá preferência às vítimas e a seus dependentes diretos, quando se tratar de recebimento de indenização em dinheiro fixada pelo respectivo juiz.

Dados bancários básicos deverão ser liberados

Informações cadastrais básicas de clientes bancários poderão ser liberadas para investigações criminais, determina o PLS 140/07. A movimentação financeira continuaria sob sigilo, como manda a Constituição. O parecer do senador Jarbas Vasconcelos à proposta do senador Demostenes Torres (DEM-GO) altera legislação sobre o sigilo das operações financeiras (Lei Complementar 105/01) e define como dados cadastrais endereço, estado civil e números de identidade, CPF e CNPJ.

– A matéria não dá acesso a sigilo bancário, apenas a dados bancários – disse Jarbas, garantindo ter suprimido artigos que seriam inconstitucionais.

Podem ser liberados dados sobre movimentação financeira em contas bancárias de instituições públicas ou nas quais o poder público indique a maioria dos administradores, exceto em sociedades anônimas e/ou bancárias.

– O sigilo sobre a movimentação financeira está preservado – completou Demostenes.

Projeto oferece incentivo a quem contratar presos

Empresas que investirem em contratação e formação educacional e profissional de presidiários poderão ter os gastos deduzidos do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido. É o que determina o PLS 148/07, do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), aprovado com parecer do senador Aloizio Mercadante.

Pelo texto, que agora vai à CAE para análise e votação em caráter terminativo, só poderão ter dedução de impostos empresas que atenderem a vários requisitos, como a celebração de convênio que estabeleça as condições de trabalho e remuneração dos presidiários.

Além disso, a formação profissional e educacional do preso deverá favorecer sua ressocialização após o cumprimento da pena. O número de presos selecionados não poderá ultrapassar o percentual de 30% em relação ao número de trabalhadores da empresa, que deve estar em dia com o INSS e o FGTS.

Fundo financiará uso da tecnologia para investigação

O Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), criado em 2001 pela Lei 10.201, poderá passar a financiar projetos destinados a criar ou aperfeiçoar sistemas de investigação. O PLS 135/07, do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), foi aprovado em decisão terminativa, com parecer do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Os projetos que poderão receber recursos são os de identificação e rastreamento eletrônico de veículos de cargas; de vigilância monitorada por câmeras em locais de alto fluxo de pessoas; de rastreamento de veículos no transporte de bens e valores de expressiva soma; e de vigilância eletrônica em áreas residenciais.

O texto prevê liberação de verbas do fundo para o Sistema Nacional de Digitalização de Impressões Digitais. Hoje, o FNSP financia equipamento e qualificação das polícias estaduais, além de sistemas de informações e estatísticas policiais, programas de polícia comunitária, técnica e científica.

Penitenciárias podem contar com salas de aula

Os presídios poderão passar a contar com salas para aulas de ensino básico ou profissionalizante, segundo projeto (PLS 217/06) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) acolhido pela Comissão de Educação. A proposta segue para a CCJ para análise em caráter terminativo.

Favorável à aprovação, o relator Paulo Paim (PT-RS) observou que a alteração na Lei de Execução Penal tem relação com o dever do Estado de cuidar da reintegração dos encarcerados à vida social.

– O projeto contribuirá para a humanização dos presídios, diminuindo o risco de reincidência daqueles que, após obter a liberdade, não conseguem rein-

serir-se na sociedade por falta de qualificação – disse Paim.

O projeto foi classificado de “maravilhoso” pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG), por facilitar a reintegração dos presos à sociedade. O senador Marconi Perillo (PSDB-GO) observou que, além da qualificação profissional, a educação permitirá o desenvolvimento social e emocional dos detentos.

O senador Romeu Tuma (DEM-SP) chegou a sugerir que a instalação de escolas em presídios fosse obrigatória por lei. Mas o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) ponderou que formular tal exigência é uma prerrogativa do Poder Executivo.

PLENÁRIO

Repasse de R\$ 20 milhões à Bolívia criticado pela oposição

Em votação simbólica, o Plenário aprovou outro PLV, relativo à MP 354/07, pela qual o Ministério das Relações Exteriores fica autorizado a gastar R\$ 20 milhões no “fortalecimento da cooperação bilateral com a Bolívia”. Segundo a exposição de motivos enviada pelo governo, o repasse tem como objetivo “prestar assistência na implantação da política fundiária de reforma agrária do governo boliviano” e “viabilizar a regularização migratória e fundiária e a sustentabilidade de famílias brasileiras” da região.

Em termos práticos, a idéia é evitar o desalojamento de centenas de famílias brasileiras ligadas a atividades extrativistas e à pequena agricultura em território boliviano, na faixa de fronteira com o Acre.

A MP foi defendida pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), para quem os recursos “são muito pequenos diante da importância econômica do Brasil perante a Bolívia”. Para o senador, as verbas beneficiarão brasileiros em dificuldades, por intermédio da embaixada do Brasil em La Paz, uma vez que estão instalados em área de fronteira vedada a estrangeiros e podem ser expulsos.

Outros parlamentares governistas, como Sibá Machado (PT-AC), Ideli Salvatti (PT-SC) e Tião Viana (PT-AC), apoiaram a argumentação de Mercadante.

A MP, entretanto, foi criticada por senadores da oposição. O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), afirmou que o governo brasileiro tem responsabilidade primeira com os brasileiros, e que o presidente boliviano Evo Morales tem prejudicado o Brasil na questão do gás. Marisa Serrano (PSDB-MS), Kátia Abreu (DEM-TO) e Marconi Perillo (PSDB-GO) também criticaram a proposta.

O líder do Democratas, José Agripino (RN), se disse incomodado com a aplicação do dinheiro no país vizinho, mas reconheceu a necessidade de ajudar os brasileiros residentes próximos da fronteira. Por isso, liberou a bancada para votar como desejasse.



Senado aprovou projeto na terça-feira e, dois dias depois, a Câmara votou o texto, que agora só depende do presidente para virar lei

Senado dá contornos finais à Força Nacional de Segurança

O Plenário do Senado acolheu, na terça-feira, projeto de lei de conversão (PLV 2/07), proveniente da Medida Provisória 345/07, que cria os instrumentos necessários para o funcionamento da Força Nacional de Segurança Pública, que poderá atuar no policiamento ostensivo; cumprimento de mandados de prisão e de alvarás de soltura; guarda, vigilância e custódia de

presos; serviços técnico-periciais; e registro e cadastro de ocorrências policiais.

Dois dias depois, foi a vez da Câmara aprovar a matéria, mantendo duas das três emendas do relator revisor no Senado, Romeu Tuma (DEM-SP). O projeto segue para sanção presidencial.

O texto enviado ao presidente mantém menção explícita ao direito de indenização, em caso

de invalidez ou morte, para policiais militares, civis, federais ou rodoviários federais que atuem na Força Nacional. Nos dois casos, o valor da reparação é de R\$ 100 mil, a ser custeada pelo Fundo Nacional de Segurança Pública.

Outra mudança confirmada na votação da Câmara desobriga o Fundo Nacional de Segurança Pública do pagamento da educação dos filhos menores de policiais

mortos em ações da Força Nacional. A medida havia sido aprovada pelos deputados, mas foi retirada do texto porque o Congresso Nacional, pela Constituição, não pode criar despesas dessa natureza para o Executivo.

Também foi suprimida do texto final a possibilidade de criação de um cadastro nacional informatizado de ocorrência e antecedentes criminais.

Normas para comida de bebês retornam à Câmara

Os senadores aprovaram mudanças no Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e na Lei 11.265/06, que regulamenta a venda de alimentos para lactentes e crianças de até três anos de idade. O projeto de lei de conversão (PLV 3/07) apresentado à Medida Provisória 350/07 recebeu três emendas do relator revisor, Romero Jucá (PMDB-RR), e voltará à Câmara.

Originalmente, a MP incluía apenas a reformulação das diretrizes do PAR, criado em 2001 para combater o déficit habitacional do país. A Câmara agradeceu a exigência de envio regular de demonstrativo de atuação do PAR ao Congresso e a fixação de carência de 24 meses para a venda ou cessão de direitos sobre o imóvel alienado.

As emendas de Jucá afetam as mudanças da Câmara, referentes a embalagens de leite e alimentos para bebês e crianças de até três anos. Ele desconsiderou as alterações dos deputados e resgatou as restrições ao uso dos produtos, que devem constar dos respectivos rótulos.

Originalmente, a MP incluía apenas a reformulação das diretrizes do PAR, criado em 2001 para combater o déficit habitacional do país. A Câmara agradeceu a exigência de envio regular de demonstrativo de atuação do PAR ao Congresso e a fixação de carência de 24 meses para a venda ou cessão de direitos sobre o imóvel alienado.

Confirmados repasses para educação e saúde

A MP 337/06, que abre crédito extraordinário de R\$ 506,53 milhões em favor dos ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, foi aprovada pelo Plenário, que acolheu relatório favorável do senador Aloizio Mercadante (PT-SP). O texto vai à promulgação.

Os recursos já foram empenhados pelo governo federal. Desse total, R\$ 250 milhões são destinados ao Fundo Nacional de Educação, que repassa recursos aos estados e municípios para projetos de apoio ao desenvolvi-

mento da educação básica.

O Ministério da Saúde, segundo maior beneficiado, recebeu R\$ 200 milhões que tornaram possível o pagamento das despesas de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar em dezembro. Aí estão incluídas, por exemplo, as despesas com os Serviços de Atendimento Médico de Urgência (Samus) e o custeio de hospitais de ensino e de pequeno porte.

A MP incluiu ainda recursos para os ministérios dos Transportes e das Cidades.

Dirigentes da Anatel, ANS e CVM têm indicações ratificadas

Os senadores ratificaram as indicações de três nomes, pelo presidente da República, para ocupar cargos na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Com as três decisões, o presidente da República pode agora nomear os indicados.

Antonio Domingos Teixeira Bedran foi indicado para diretor da Anatel; Fausto Pereira dos Santos será reconduzido na direção da ANS; e Eli Loria passa a integrar a diretoria da CVM. Como exige

a Constituição, Loria já havia sido sabatinado pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Bedran recebeu 44 votos favoráveis e 5 contrários; Pereira dos Santos obteve 50 votos a favor e 5 contra; e Loria garantiu o apoio de 49 em 56 votantes.

O relator da mensagem com a indicação de Fausto Pereira dos Santos, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), elogiou

a atuação de Santos na ANS, salientando que “a imprensa não tem noticiado reclamações contra os planos de saúde”.

Já o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) destacou a atuação de Eli Loria na Comissão de Valores Mobiliários, onde é funcionário de carreira há 28 anos. Responsável

por regular e fiscalizar o mercado de ações no país, a CVM é uma autarquia administrada por um presidente e quatro diretores,

todos nomeados pelo presidente da República após sabatina e aprovação pelo Senado.

Loria é administrador formado pela Fundação Getúlio Vargas, tem mestrado nessa área e também formação superior em Direito. Agora, desenvolve mestrado em Direito Comercial. Já foi diretor da CVM por seis meses, em 2004, depois de permanecer nove anos à frente da superintendência regional da autarquia em São Paulo. Ultimamente, exercia funções de supervisão e coordenação das atividades na sede da instituição, no Rio de

Janeiro, além da administração do serviço de atendimento ao público.

Na CAE, a indicação foi relatada pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES). Durante a sabatina, o novo diretor da CVM destacou a evolução positiva do mercado de títulos no país, em crescimento há quatro anos e, como salientou, batendo contínuos recordes de volume. Ele observou ainda que a indústria de fundos movimenta hoje cerca de R\$ 1 trilhão, com aproximadamente 11 milhões de cotistas.

Presidente da República agora pode nomear os indicados para os cargos

COMISSÕES



José Maranhão (C) preside reunião da CMO que garantiu contrapartida de estados e municípios ao PAC

Acatado o aumento de recursos do PPI

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou na última terça-feira o substitutivo do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ao projeto de lei do Congresso Nacional que aumenta os recursos do Projeto Piloto de Investimentos Públicos (PPI) de R\$ 4,59 bilhões para R\$ 11,28 bilhões.

A proposta (PLN 1/07) faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007 e prevê a redução do superávit primário com o objetivo de atender à programação do PPI.

– Não haverá crescimento sustentado da economia sem que se aumente o nível de investimento – declarou Dornelles.

Seu substitutivo ainda reduziu, de 20% para até 0,1% do valor total do projeto, o valor da contrapartida exigida dos estados e municípios nos empreendimentos de habitação e de saneamento que fazem parte do PAC.

Caberá ao Poder Executivo

determinar qual percentual será dado pelo município como contrapartida.

– Se não reduzíssemos essas contrapartidas, poderíamos ter o Programa de Aceleração do Crescimento sem a participação de estados e municípios – argumentou o relator.

Fruto de um acordo entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI), o PPI reúne uma série de investimentos governamentais cujos gastos não são contabilizados no cálculo do superávit primário. O PPI representa, dessa forma, uma tentativa de resguardar a capacidade de investimento estatal, já que os recursos desse programa estariam livres de contingenciamentos.

A matéria ainda será apreciada em sessão conjunta do Congresso Nacional.

Oposição crítica exclusão de publicidade

O projeto também exclui as despesas do governo com publicida-

de e com os censos populacional e agropecuário da regra que limita esses gastos em 90% dos valores empenhados em 2006.

A oposição concordou com a desvinculação das despesas com os dois recenseamentos, mas foi contrária à exclusão da publicidade.

– É absolutamente incompressível e inaceitável que os gastos com publicidade fiquem livres de controle, ao mesmo tempo em que o governo contingencia cerca de R\$ 5,7 bilhões que seriam destinados à saúde – protestou o deputado Rafael Guerra (PSDB-MG).

Francisco Dornelles justificou a alteração afirmando que, como 2006 foi um ano de eleições, “os gastos com publicidade ficaram aquém da média”.

O PSDB chegou a apresentar um destaque para votar em separado proposta de restaurar o limite de 90% que havia na LDO.

No entanto, em nova reunião da comissão, realizada na quarta-feira, os sete destaques apresentados ao PLN 1/07 foram considerados prejudicados pela ausência dos seus autores.

Audiência debaterá créditos extraordinários

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e o advogado-geral da União, José Antônio Toffoli, serão convidados a prestar esclarecimentos ao Congresso Nacional sobre a constitucionalidade das medidas provisórias que tratam de créditos extraordinários. É o que prevê requerimento aprovado na semana passada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O deputado Eduardo Sciarra (DEM-PR), que propôs o encontro, argumentou que a edição de MPs para liberação de créditos extraordinários se tornou recorrente, “o que representa uma distorção”.

– Queremos restabelecer esse debate em seu foro adequado – declarou Sciarra, acrescentando que “é a Comissão de Orçamento que deve discutir os créditos extraordinários”.

Na semana anterior, o deputado Eduardo Valverde (PT-RO) havia contestado Sciarra.

– A culpa é nossa, por não votarmos nesta comissão projetos de orçamento suplementar – disse Valverde. Ele salientou ainda que, se a oposição quisesse ajudar, não



Paulo Bernardo será convidado a esclarecer constitucionalidade de medidas provisórias

obstruiria as votações na CMO, o que obriga o governo a editar medidas provisórias.

A data da audiência ainda será definida.

Helicópteros deverão ter coletes salva-vidas

Projeto que torna obrigatório o uso de coletes salva-vidas em helicópteros que façam vôos sobre grandes extensões de água foi aprovado na última quinta-feira pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Pela proposta (PLS 301/04) de autoria do então senador Roldolpho Tourinho, considera-se grande extensão de água a superfície contínua superior a dez quilômetros. O texto aprovado em decisão terminativa foi um substitutivo apresentado pelo relator ad hoc, Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Também foram analisados pela comissão quatro projetos de decreto legislativo.

O primeiro – PDS 31/06, que aprova o texto do acordo de previdência social entre o Brasil e a Holanda – teve sua tramitação sobrestada a pedido do relator, João Tenório (PSDB-AL). Segundo o senador, o motivo é o fato de um aditivo a esse acordo estar sendo negociado entre os dois países.

Os três outros projetos receberam parecer favorável da CRE. O PDS 21/07, que teve como relatora ad hoc a senadora Serys Shlessarenko (PT-MT), aprova o ajuste complementar ao acordo de cooperação técnica entre o Brasil e a Nicarágua para implementação de programa de modernização do setor dendroenergético – que usa a madeira e o carvão vegetal como matérias-primas.

CRE aprova cooperação judicial com Cuba

Os outros projetos acatados são o PDS 27/07, cujo relator foi Eduardo Azeredo, que aprova o texto de emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, do qual o Brasil é membro desde 1983.

Igualmente aceito, o PDS 32/07, que teve como relator o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal celebrado em 2002 entre Brasil e Cuba.

Aprovada indicação de Agenor Álvares para Anvisa

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, por unanimidade, parecer favorável à mensagem do Executivo que indica o nome do sanitarista Agenor Álvares para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O relator ad hoc, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), ressaltou o fato de o indicado ser um profissional das áreas de saúde pública e saneamento, sendo formado em Farmácia e Bioquímica com especialização em Saúde Pública e pós-graduação em Administração Pública.

Agenor Álvares foi ministro da Saúde no primeiro governo de Lula.

Antes, já havia exercido o cargo de secretário-executivo do mesmo ministério e, por concurso público, foi admitido como sanitarista do quadro da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária (atual Anvisa).

Em sua apresentação, Álvares explicou as inúmeras atribuições da agência, que classificou de “órgão de Estado e não de governo, encarregado de decidir sobre interesses e necessidades da população, independentemente de injunções políticas ou partidárias”.

– O papel da regulamentação sanitária não é apenas ser um árbitro entre empresários e consumidores de medicamentos e alimentos, mas fis-

calizar milhares de produtos, desde um prosaico creme dental ao medicamento mais sofisticado, sem esquecer que um simples tratamento capilar, feito em cabeleireiro, pode trazer riscos para a saúde dos consumidores. Por isso, a Anvisa exige testes e procedimentos técnicos antes de aprovar ou rejeitar a respectiva licença de fabricação ou utilização – observou.

Segundo Agenor Álvares, o aumento da competitividade dos produtos brasileiros faz com que, cada dia mais, precisem ser validados rapidamente por

Indicado afirma que controle de qualidade de produtos deve ser rigoroso

um controle de qualidade rigoroso, e que esse controle vale também para produtos fabricados no exterior.

Álvares reconhece que houve avanços inegáveis, mas os desafios permanecem, especialmente em relação às diferenças de abordagem existentes entre os aspectos técnicos e políticos.

– É papel do Estado regulador administrar divergências, convergindo no que for possível, mas sem medo de optar pelo lado que julga estar certo.

O indicado para dirigir a Anvisa afirmou também que o Sistema Único de Saúde (SUS) foi a ação mais ampla e necessária tomada pelo governo para o bem-estar da população e que a agência precisa atuar em estrita consonância com suas diretrizes.

REFORMA POLÍTICA Senador afirma que o momento, de estabilidade, é ideal para discutir mudança

Collor propõe regime parlamentarista

No parlamentarismo, o Poder Legislativo é responsável pela constituição e manutenção do Poder Executivo. O partido ou a coalizão de partidos majoritários geralmente é responsável pela indicação de um nome para ser eleito pelo Parlamento como primeiro-ministro. É ele quem cuida da administração pública e das negociações políticas. O primeiro-ministro e todo seu gabinete de ministros podem ser derrubados pelo voto de confiança.

“Se olharmos o panorama do mundo contemporâneo, vamos constatar que o presidencialismo é, cada vez mais, uma exceção no conjunto das nações”, afirmou o senador Fernando Collor (PTB-AL) ao apresentar, da tribuna do Plenário, proposta de emenda constitucional que institui o parlamentarismo no Brasil, a PEC 31/07. Ele disse considerar o atual momento ideal para o país discutir modificações no seu sistema de governo, já que as instituições estão funcionando normalmente e a política vive uma rara fase de estabilidade, após duas reeleições seguidas de dois presidentes da República.

Um outro argumento apresentado por Collor para reiniciar o debate sobre o parlamentarismo foi que apesar de muitos pensarem o contrário, o Brasil nunca foi regido por nenhuma das alternativas clássicas desse sistema de governo. Ele destacou que historiadores, especialistas e conhecedores das práticas políticas e da história constitucional do país concordam que, durante o Império, o parlamentarismo jamais se consumou.

Da mesma maneira, o senador observou que também não pode se considerar parlamentarismo a solução política adotada em 1961 para que o vice-presidente João Goulart pudesse assumir a

Presidência da República após a renúncia do até então presidente Jânio Quadros. Collor lembrou que neste caso nem sequer a Câmara podia ser dissolvida por decisão do chefe de Estado no caso de perda de confiança da maioria parlamentar.

Recordando que o país já realizou duas consultas populares para que os eleitores pudessem se manifestar sobre o parlamentarismo, Fernando Collor declarou que, na primeira, em janeiro de 1963, a aprovação da volta do presidencialismo foi uma alternativa negociada como saída para a crise político-militar decorrente da renúncia de Jânio e da posse do seu sucessor, o vice-presidente João Goulart.

Já na segunda consulta, realizada em 1993, o eleitorado foi chamado a expressar sua preferência não só pelo sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo), mas também se o país deveria continuar uma República ou transformar-se em uma Monarquia. Collor lembrou que a opção pelo parlamentarismo, que no primeiro plebiscito tinha chegado a 16,87%, cresceu para 24,65%, enquanto o percentual dos votos em favor do



ROOSEVELT PINHEIRO

Fernando Collor diz que o Brasil nunca foi regido por nenhuma das alternativas clássicas dos sistemas

Alterações devem preceder adoção de novo sistema

A adoção do parlamentarismo no Brasil está intimamente relacionada a uma reforma política. A opinião é do senador Fernando Collor, autor da PEC que implantaria o parlamentarismo no Brasil. Para adoção de um sistema com características capazes de garantir estabilidade ao governo, como no modelo alemão, seria necessário mudar a forma como os deputados federais são eleitos, adotar um mecanismo que limite o número de partidos políticos e instituir um “voto de desconfiança construtivo”, ou seja, que permita a reversão do motivo que levou à instabilidade do governo. Coincidentemente ou não, as regras do modelo alemão têm grande semelhança com itens da proposta de reforma política em tramitação na Câmara (PL 2.679/03).

As medidas provisórias, segundo Pedro Simon (PMDB-RS), são outro problema que poderia ser resolvido com o parlamentarismo, já que sua rejeição tem o peso de um voto de desconfiança.

presidencialismo diminuiu, entre uma consulta e outra, de 76,97% para 55,45%.

– Mesmo tratando-se apenas de uma tendência, parece-me que não será fora de propósito concluir que, através de uma campanha sistemática e persistente de esclarecimento da opinião pública, essa tendência se acentuará. Por isso, tenho certeza que, na medida em que diferentes partidos se somarem à opção parlamentarista, o apoio político a essa causa aumentará significativamente – afirmou.

No debate em Plenário, senadores se dividem

Entre os senadores que apoiaram Fernando Collor houve empate no número de defensores de cada um dos sistemas de governo. O presidencialista Marco Maciel, apesar de elogiar a iniciativa do ex-presidente da República por considerar que ela incrementará o debate em torno da reforma política, opinou que depois do plebiscito de 1993 o presidencialismo passou a ser cláusula pétrea da Constituição. Tal tese não recebeu a concordância de Collor.

Também defensor do presidencialismo, Eduardo Suplicy (PT-SP) confessou não acreditar que a população brasileira aceitaria o parlamentarismo, principalmente para não abdicar do direito de escolher, ela própria, o chefe do governo. Suplicy antecipou que somente poderia ser favorável ao parlamentarismo se fosse adotado um modelo parecido com o de Israel, através do qual a população vota para eleger o primeiro-ministro.

Por outro lado, o senador Paulo Paim (PT-RS), um dos signatários da PEC 31/07, ressaltou que o Brasil somente terá um Congresso forte quando o país adotar o sistema parlamentarista. Ele concordou com a justificativa apresentada pelo senador Fernando Collor de que é imprescindível uma reforma política para que o sistema de governo brasileiro seja alterado.

Na mesma linha, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) registrou que a Constituição de 1988 foi elaborada prevendo que a população brasileira aceitaria trocar o presidencialismo pelo parlamentarismo, no plebiscito de 1993. Ele manifestou sua confiança de que, com a liderança do Congresso e o interesse do presidente da República e das lideranças do país, o parlamentarismo poderá ser instituído.

Sugestão se inspira no modelo da Alemanha

A sugestão de parlamentarismo apresentada por Fernando Collor por meio de proposta de emenda à Constituição (PEC 31/07) segue um modelo mais próximo ao adotado na Alemanha, que confere mais estabilidade ao gabinete parlamentar. Entre outras atribuições, de acordo com o projeto, ao presidente da República cabe nomear o presidente do Conselho de Ministros (primeiro-ministro), vetar projetos de lei aprovados pelo Congresso, manter relações com países estrangeiros, exercer o comando das Forças Armadas e decretar a dissolução do Parlamento.

A PEC atribui ao Conselho de Ministros a responsabilidade de responder pela política do governo e pela administração federal. O nome escolhido pelo presidente da República para ocupar o cargo de primeiro-ministro tem que ser aprovado, por maioria absoluta, pelo Parlamento. Não obtendo essa maioria, é aberto prazo para o presidente fazer uma segunda, e, se for o caso, uma terceira indicação. Caso esse último nome não seja aprovado, o presidente dissolverá o Parlamento e convocará novas eleições.

Também está previsto na proposta que os parlamentares poderão apresentar uma moção

de desconfiança ante o Conselho de Ministros, junto com uma proposta da composição de um novo conselho. São necessários 30% dos deputados para apresentar a moção e maioria absoluta dos parlamentares para ela ser aprovada. A rejeição de medida provisória pela maioria absoluta do Parlamento implicará a exoneração dos membros do Conselho de Ministros.

A PEC prevê ainda a extinção do cargo de vice-presidente da República e faculta aos estados decidir sobre a adoção do sistema parlamentarista em seus territórios.

Conselho de Ministros responderia pela administração



JANE ARAÚJO

Na Alemanha, cabe ao presidente Horst Köhler nomear Conselho de Ministros

Comparação entre modelos de parlamentarismo

Desde 1948, o parlamentarismo vigora na Itália e na Alemanha. Apesar de serem sistemas parecidos, pequenos detalhes tornam essenciais as diferenças entre os dois.

Leis assim...

DIFERENÇA NA LEGISLAÇÃO	Itália	Alemanha
Sistema eleitoral	Proporcional até 1993, atualmente é misto (75% dos deputados eleitos majoritariamente e 25% por proporcionalidade).	Misto (o eleitor vota duas vezes, uma no candidato e outra na lista do partido). O voto proporcional define o número de vagas de cada partido, ocupadas pelos mais votados.
Cláusula de barreira	Não possui.	O partido que não obtiver pelo menos 5% dos votos nacionais não entra na divisão de vagas na Câmara.

...podem levar a realidades completamente diferentes

DESDE 1948	Itália	Alemanha
Número de primeiros-ministros	55	8
Número de partidos com representação parlamentar	Mais de 30	5

Fonte: Justificação do senador Fernando Collor à PEC 31/07.

DIREITOS HUMANOS

Índios cobram do Congresso aprovação de novo estatuto

A aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, em tramitação na Câmara dos Deputados, foi a principal reivindicação das mais de mil lideranças indígenas de 98 povos que participaram da audiência pública realizada na quinta-feira para comemorar o Dia do Índio.

As comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS) do Senado promoveram o debate, com as comissões de Direitos Humanos e Minorias, de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, e da Amazônia da Câmara.

Ao abrir o evento, o presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), pediu dois minutos de silêncio pela passagem dos dez anos da morte do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos – assassinado por cinco jovens enquanto dormia em um ponto de ônibus em Brasília –, em memória das crianças indígenas que morreram devido à desnutrição ou à violência e

pelos mártires indígenas que morreram em defesa de seus povos e tradições.

Na opinião de Paim, deve haver um pacto político e social para garantir a efetividade dos direitos das nações indígenas, especialmente em relação à demarcação definitiva das suas terras e ao acesso à saúde e à educação.

Para o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), o encontro teve a finalidade de divulgar os problemas enfrentados pelos indígenas, o que pode ajudar a sensibilizar as autoridades.

– Que o Dia do Índio, em breve, seja um motivo de comemorações, e não para trazer à tona as angústias e aflições do povo indígena – disse Mesquita.

A presidente da CAS, Patrícia Saboya (PSB-CE), disse que os primeiros habitantes brasileiros hoje estão à margem da sociedade. O deputado Luiz Couto, que preside a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, defendeu a retomada da discussão sobre o estatuto, mas com a participação

JOSE CRUZ



Sandro Tuxá, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Paim e Déborah Duprat compõem mesa em audiência

Indígenas temem que PAC os prejudique

Durante a audiência, o coordenador-geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Jecinaldo Barbosa Cabral, da tribo Saterê-Mawé, pediu que o governo discuta com as lideranças dos povos indígenas os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que possam causar danos às terras e à cultura indígenas ou ao meio-ambiente.

Jecinaldo Cabral citou a construção de usinas e a transposição do rio São Francisco como exemplos de obras que podem afetar a natureza e prejudicar os índios.

O líder Sandro Tuxá – representante da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – solicitou a criação de comissão no Congresso para debater questões indígenas, da qual participem representantes

desses povos.

– Não queremos ser fardo nem atraso ao progresso. Queremos apenas ser ouvidos em projetos que envolvem nossas terras – disse Tuxá.

O chefe da tribo Caiapó da região do baixo Xingu de Mato Grosso, cacique Raoni, participou da audiência como presidente de honra. Ele afirmou que a Amazônia está ameaçada por barragens, madeireiras, fazendeiros e inva-

sores de terra e salientou que as nações indígenas “não foram descobertas, mas, sim, invadidas”.

A subprocuradora-geral da República Déborah Duprat destacou que um dos principais pontos do PAC refere-se à produção de álcool

etanol e disse que, em Mato Grosso do Sul, fazendeiros impedem a demarcação das terras indígenas com a finalidade de avançar com a plantação de cana-de-açúcar.

O representante do Ministério do Meio Ambiente, Eduardo Vélaz Martin, observou que o ministério conseguiu incorporar a questão do direito territorial indígena na política ambiental e ressaltou a criação do Conselho de Patrimônio Genético, que protege contra a

biopirataria os direitos dos povos indígenas aos seus conhecimentos tradicionais.

A reunião foi encerrada com discurso da atriz Leticia Sabatella em defesa da preservação da cultura indígena.

Indígenas reclamam de possíveis danos à sua cultura e ao ambiente

JOSE CRUZ



JOSE CRUZ



J. FREITAS



JOSE CRUZ



Mais de mil lideranças de 98 povos discutem, no Congresso Nacional, os direitos indígenas durante evento em comemoração ao Dia do Índio

Funai anuncia nova comissão José Nery propõe diligências em territórios

Na audiência sobre os direitos dos povos indígenas, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira, anunciou a criação, por portaria do Ministério da Justiça, da Comissão Nacional de Política Indigenista. Ele também informou que o ministro da Justiça, Tarso Genro, assinou outras portarias reconhecendo sete territórios indígenas.

Meira, que assumiu a presidência da Funai há menos de um mês, explicou que recebeu orientação direta do presidente Lula e do ministro da Justiça para que a instituição dialogue de forma permanente com os povos indígenas e com os representantes de suas organizações.

– Já recebi em audiência mais de 200 lideranças indígenas e viajei mais de 10 mil quilômetros em aldeias nas regiões de fronteiras – afirmou.

O representante do Ministério da Educação, Eduardo Vieira, disse que, nos últimos quatro anos, as matrículas nas escolas indígenas aumentaram 49%.

– Em 2002, havia 117 mil alunos matriculados, e atualmente são 174 mil. Em 2002, eram 1.700 escolas indígenas e hoje há 2.422. Além disso, nesses estabelecimentos, 90% dos professores são índios – assinalou.

Quanto à saúde, o representante da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), Edgar Dias Magalhães, salientou que, apesar das situações adversas, os índices de mortalidade infantil entre os índios têm caído. Segundo ele, em 2000, eram 70 mortos para cada grupo de mil indígenas. Hoje são 40 mortes por grupo de mil. Magalhães ressaltou, porém, que a saúde é determinada por múltiplos fatores da vida do índio.

A realização de diligências nos territórios indígenas pela Comissão de Direitos Humanos foi proposta por José Nery (PSOL-PA), durante a audiência. A finalidade é conhecer a situação em que vivem esses brasileiros, que, informou, eram 5 milhões à época do Descobrimento do Brasil e atualmente são 700 mil.

Nery disse que, com as informações obtidas pelas diligências,

a CDH poderá propor medidas para melhorar as condições de vida dos índios e estimular a ação dos diversos órgãos do Estado para protegê-los.

A representante do Departamento de Mulheres da Coiab, Débora Tan Huare, pediu que seja instalada, no Congresso Nacional, auditoria ou comissão parlamentar de inquérito para investigar questões relacionadas

à saúde indígena. Ele afirmou que há falta de remédios e de atendimento adequado às crianças devido a desvio de verbas por políticos e solicitou que também a Polícia Federal seja investigada.

Débora Huare ressaltou ainda que faltam programas educacionais destinados a prevenir que os jovens índios sejam levados ao uso de drogas ou à prostituição.

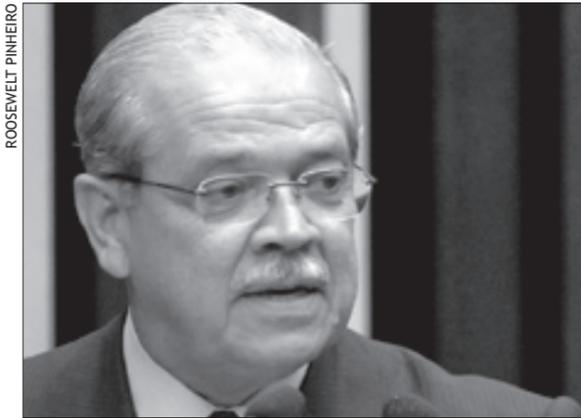
Texto sobre Fundeb pode ser mudado

Os integrantes da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), querem alterar o projeto de lei de conversão que regulamenta o Fundo da Educação Básica (Fundeb). O objetivo é estender os efeitos legais às pessoas com deficiência que se matricularem em escolas especiais após a publicação da lei.

Os senadores solicitaram à relatora do projeto (PLV 7/07), Fátima Cleide (PT-RO), a retirada da expressão “até a data de publicação desta lei”

do texto da proposição. O presidente da subcomissão, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), explicou que, da forma como foi aprovado o projeto na Câmara, os alunos matriculados em escolas especiais depois da publicação da lei ficariam fora dos benefícios do Fundeb. Pela atual redação, para fins de determinação do valor de recursos distribuídos pelo fundo, “admitir-se-á o cômputo das matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado até a data de publicação desta lei, na educação especial”.

DESENVOLVIMENTO



César Borges (E) acertou mudanças no texto de Raupp (C), que deve tratar só de precatórios estaduais e municipais. Para Almeida Lima (D), “PEC é confisco do dinheiro do povo”

Comissão analisa leilão de precatórios

Mais uma tentativa de solucionar o pagamento dos precatórios estaduais e municipais, que já viraram uma bola de neve – com estimativas que variam dos R\$ 61,6 bilhões, pelos números do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2004, a R\$ 120 bilhões, pelas cifras da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no ano passado –, deverá ser discutida na Comissão de Constituição e Justiça nesta semana.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) quer apresentar na quarta-feira o relatório sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC 12/06) idealizada pela equipe do ex-ministro do STF Nelson Jobim e encampada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Mas isso depende do acordo que ele deve fechar com os líderes partidários na terça-feira. “Estamos bem próximos do que será o substitutivo”, afirmou.

A negociação é feita, principalmente, com o antigo relator da PEC, senador César Borges (DEM-BA), que estudou e discutiu a matéria, mas não teve prazo suficiente para apresentar seu substitutivo no ano passado. Como integrante da Mesa, entregou a relatoria. O parlamentar já acertou mudanças no texto inicial de Raupp, que deve tratar só de precatórios estaduais e municipais.

Uma das principais alterações é o montante dos recursos reservados pelos erários (veja matéria acima) para o pagamento de precatórios pelo sistema de leilão eletrônico a ser realizado pela Bolsa de Mercadorias e Futuros ou pela

Bolsa de Valores de São Paulo. César Borges adiantou ao Jornal do Senado que está praticamente acertado o limite de 50%, no lugar dos 70% previstos na PEC.

A sugestão original de Raupp é de que esse limite fosse de 35% para o pagamento de precatórios não-alimentícios. Os outros 50% restantes seriam distribuídos da seguinte forma: metade para os precatórios de natureza alimentícia, como salários e benefícios previdenciários do funcionalismo público, obedecida a ordem cronológica (a proposta de Raupp era de 30%), e a outra metade para o pagamento dos detentores de créditos não-alimentícios que não quiserem aderir ao leilão (o relator defendia 35%).

O DEM, segundo César Borges, não deve abrir mão do sistema de leilão. A OAB, por sua vez, é contrária a esse mecanismo. “Isso constitucionaliza o calote”, diz o presidente da comissão de precatórios da OAB-DF, Marcos

DEM defende negociação em pregão eletrônico; OAB é contra

Resende.

Essa posição é reforçada pelo senador Almeida Lima (PMDB-SE). “A PEC é um confisco do dinheiro do povo”, diz o parlamentar, que tem um projeto (PLS 43/04) na Comissão de Assuntos Econômicos para apressar a liquidação de precatórios por meio da emissão de certificados nominativos, que poderiam ser usados, por exemplo, para pagar débitos tributários e dívidas com instituições oficiais de crédito. O projeto obteve sinal verde do relator, senador Edison Lobão (DEM-MA), mas aguarda o desfecho sobre a PEC 12.

Estados e municípios a favor

Governadores e prefeitos apóiam o sistema de leilão, onde o credor que aceitar o maior deságio recebe primeiro que os outros, acelerando assim o pagamento das dívidas judiciais. No dia 12, os prefeitos que participaram da 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios pediram para agilizar a aprovação da PEC 12/06.

No entanto, eles também estão tendo que fazer concessões. Os governadores, por exemplo, queriam baixar de 3% para 2% da despesa primária líquida (DPL) o limite do que serão obrigados a orçar anualmente para pagar precatórios. Mas o acordo, segundo César

Borges, deve ser de 2,5% da DPL. O percentual para as prefeituras permanece 1,5% da DPL, como está no texto original da PEC.

Outro acerto com o DEM mantém a DPL como base de cálculo dos recursos reservados para os precatórios e não a receita corrente líquida (RCL), usada nos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais com a União, como pretendia o senador Valdir Raupp, relator da PEC. Ele endureceu as sanções contra os governos que não cumprirem o regime especial, como a suspensão das transferências de recursos voluntários da União.

O que é precatório

Os precatórios são ordens de pagamento assinadas por presidentes de tribunal, em função de sentenças definitivas contra a Fazenda Pública (União, estados, Distrito Federal e municípios, administração direta e indireta).

Os precatórios são basicamente de dois tipos: créditos de natureza alimentícia (salários e questões previdenciárias de servidores públicos, indenizações a pessoas físicas, por danos físicos e morais, por exemplo) e não-alimentícia (danos patrimoniais, como desapropriações, indenizações contratuais).

O que diz a PEC 12/06

O regime especial que está sendo proposto compromete uma parcela fixa de 3% da despesa primária líquida (DPL) da União e dos estados e 1,5% da dos municípios para o pagamento de precatórios. A proposta de emenda à Constituição (PEC 12/06) também inova ao instituir um sistema de leilão para 70% dos recursos reservados a esses pagamentos. Pelo mecanismo, o credor que aceitar maior desconto no valor devido pelos entes públicos recebe primeiro.

Os 30% restantes seriam usados para pagar precatórios por ordem de valor (e não mais por ordem de chegada, como no sistema atual). Isso porque terão prioridade os precatórios de menor valor, geralmente os alimentícios, independentemente da data de apresentação.

A PEC estipula a compensação entre débitos e créditos para os que são ao mesmo tempo credores

e devedores da mesma Fazenda Pública, protegendo-se assim o erário. Uma providência contra os chamados precatórios milionários é a proibição da cobrança de “juros compensatórios”.

A proposta também autoriza o uso de precatórios para o pagamento de pendências tributárias inscritas em dívida ativa, mecanismo já usado em alguns estados e que cria um mercado secundário para esses títulos.

Os entes públicos que optarem pelo regime especial não ficam sujeitos nem à intervenção federal (ou estadual, no caso dos municípios) nem ao seqüestro de recursos por determinação judicial, como prevê a Constituição. Mas se descumprirem os valores que precisam ser reservados anualmente para precatórios, além do seqüestro de recursos, governadores, prefeitos e até o presidente da República responderão por crime de responsabilidade.

PEC 12/06 aceleraria pagamento em 24 estados

Em comparação com o nível de pagamento observado atualmente, a proposta de reservar 3% da despesa primária líquida permite diminuir o tempo para liquidação do estoque de precatórios. Somente Espírito Santo, Mato Grosso e Paraná continuariam em situação de insolvência com relação aos títulos judiciais.



UF	Prazo para pagamento do estoque de precatórios (em anos)	
	Sistema atual	Novo sistema
AC	Infinito	4
AL	Infinito	2
AM	24	0
AP	Infinito	1
BA	Infinito	2
CE	Infinito	4
DF	Infinito	93
ES	Infinito	Infinito
GO	Infinito	8
MA	Infinito	1
MG	Infinito	14
MS	85	4
MT	Infinito	Infinito
PA	0	0
PB	Infinito	2
PE	Infinito	0
PI	Infinito	3
PR	Infinito	Infinito
RJ	9	3
RN	7	2
RO	Infinito	207
RR	Infinito	0
RS	Infinito	50
SC	14	2
SE	9	1
SP	45	26
TO	10	0

COMISSÕES



Miguez (E), deputado Eduardo Gomes, senador Casagrande e Assad discutem aquecimento global

Embrapa cobra apoio a pesquisas sobre clima

O Brasil está na contramão da história em relação à pesquisa de soluções para o aquecimento global, afirmou na terça-feira o chefe-geral da Embrapa Informática Agropecuária, Eduardo Delgado Assad, em depoimento à Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas. Ao lamentar o contingenciamento de recursos, apontou que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tem recebido muito pouco.

– Apenas uma empresa americana está investindo R\$ 500 milhões para que uma universidade brasileira pesquise o biodiesel. E nós [Embrapa] estamos brigando por R\$ 5 milhões. Para enfrentar o problema do aquecimento precisaríamos de R\$ 250 milhões, para começar.

Delgado Assad explicou que, caso nada seja feito, a previsão é de que, em 2100, a temperatura aumentará 5,8°C e o Brasil produzirá apenas 30% do que produz hoje, pois culturas como soja, milho, trigo, arroz, feijão e algodão estarão praticamente extintas devido ao aquecimento global. Para evitar o problema, ele disse que será preciso desenvolver novas plantas resistentes

ao calor e à seca, a partir de engenharia genética que acrescente a essas culturas o gene resistente ao estresse climático contido em 6 mil espécies naturais do cerrado e da caatinga.

– E esse é um novo tipo de pesquisa, diferente daquela voltada para resistência a doenças. Em 2100, teremos 400 milhões de habitantes. A planta que vai nos salvar é a que estiver adaptada ao estresse climático, e essa é uma pesquisa lenta, sem resultados a curto prazo – salientou.

Relatório teria subestimado o peso da queima de combustível fóssil

O representante da Embrapa também revelou que o Brasil possui 200 milhões de hectares de pastagens degradadas e não 300 milhões como foi divulgado. Desse total, apenas 100 milhões de hectares podem ser explorados para a produção de etanol e biodiesel, uma vez que os outros 100 milhões são áreas de proteção ambiental e, por lei, não podem ser tocados.

O secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, José Domingos Gonzalez Miguez, disse que há escassez de dados nos países em desenvolvimento sobre a quantidade de emissão de carbono e ressaltou que o relatório apresentado pelo Painel

Intergovernamental de Mudança Climática (IPCC) apenas confirmou o relatório anterior, cujos resultados são praticamente os mesmos desde 1995, apenas com maior precisão dos dados.

– Ao contrário do que disseram, o governo brasileiro não foi pego de surpresa. Estamos trabalhando na coleta de informações desde 1994 e o inventário de emissões teve início em 1996 – afirmou.

Miguez disse que o IPCC tem poucas informações sobre o desmatamento no mundo, apenas quatro estudos, e que o cálculo do peso de cada fonte de emissão de carbono no aquecimento global superestima o desmatamento e subestima a queima de combustível fóssil. Ele observou que essa correlação é de interesse dos países desenvolvidos, uma vez que são grandes consumidores de combustíveis fósseis e não fazem mais desmatamento, e os países em desenvolvimento são essencialmente agrícolas. Para Miguez, é preciso revisar o cálculo do potencial de emissão especificado pelo Tratado de Kyoto.

– Se o Brasil reduzisse sua emissão de carbono a zero, o impacto no aumento da temperatura global seria de apenas 1,9%. A Europa, por exemplo, só tem 3,8% das suas florestas naturais – comparou.

Comissão ouve ministro sobre pesquisa espacial

A atuação do Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais (RS) e o futuro do Centro de Lançamento de Alcântara (MA) serão discutidos com o ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, em data a ser marcada. A iniciativa, do senador Flávio Arns (PT-PR), prevê audiência das comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), e de Educação (CE).

O presidente da CCT, Wellington Salgado (PMDB-MG), anunciou os integrantes das subcomissões de Serviços de Informática, e de Desenvolvimento e Apoio aos Pólos Tecnológicos.

Benefício a prefeituras em dificuldades deve ser alterado

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) deverá alterar o projeto de lei (PLS 331/06) que facilita a aplicação de recursos federais nos municípios com até 25 mil habitantes cujas prefeituras estejam passando por dificuldades financeiras.

A iniciativa permite que a União reduza ou até dispense a contrapartida financeira municipal relativa a programas habitacionais de interesse social, bem como a projetos de saneamento básico.

O projeto, apresentado pela senadora Roseana Sarney (PMDB-

MA), tem como relator o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e não foi submetido a votação na semana passada em razão de um pedido de vista coletivo.

Também deverá receber emendas o projeto de lei do Senado (PLS 351/05) que aumenta a oferta de moradias para a população de baixa renda beneficiada pelo Programa Especial de Habitação Popular.

A proposta é de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e já recebeu parecer favorável do relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Parlamentares alemães debatem biocombustíveis

O programa brasileiro de biocombustíveis e o aquecimento global foram os principais temas da reunião entre parlamentares brasileiros e alemães na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) na quinta-feira. As duas questões deverão voltar a ser debatidas em encontro parlamentar internacional previsto para junho, no Parlamento alemão, em Berlim.

Presente à reunião, Serys Shlessarenko (PT-MT) relatou sua participação em uma reunião de parlamentares de países que compõem o chamado G8+5 – os oito países mais desenvolvidos e os cinco principais emergentes –, em Washington, ocasião em que defendeu a “responsabilidade diferenciada” dos países em relação ao aquecimento global.

Logo no início do encontro com a delegação alemã, composta por seis deputados e uma deputada, o presidente da CRE, Heráclito Fortes (DEM-PI), ressaltou a tradição de amizade entre os dois países. O vice-presidente da comissão, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), também deu as boas-vindas aos

visitantes.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) quis saber a opinião dos visitantes a respeito do programa brasileiro de produção de etanol. A deputada Bärbel Höhn, vice-presidente do Grupo Parlamentar Alemanha-Brasil, disse que, apesar do interesse, na Alemanha existem dúvidas sobre possíveis prejuízos à produção de alimentos.

O deputado Lothar Mark, do Partido Social-Democrático, defendeu a ampliação do comércio entre a Alemanha e a América Latina, que representa apenas 2% do total do comércio exterior de seu país. Respondendo a indagação de Lothar sobre o interesse do Brasil e da Alemanha em obter assentos permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse

considerar importante que os dois países “cooperem” no conselho. Mão Santa (PMDB-PI) quis saber se os professores alemães ainda contavam com bons salários. O deputado Kurt Rossmannth afirmou que os salários dos professores universitários na Alemanha são “mais do que aceitáveis”.



Em reunião com parlamentares alemães, o presidente da CRE, Heráclito Fortes, resalta tradição de amizade Brasil-Alemanha

Delcídio vai presidir subcomissão da CAE

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) foi eleito, por unanimidade, presidente da Subcomissão Temporária de Regulamentação de Marcos Regulatórios, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Para vice-presidente e relator foram escolhidos, respectivamente, Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

Delcídio informou já ter en-

trado em entendimento com empresas públicas e privadas do setor de infra-estrutura para realizar audiências públicas sobre problemas dos setores de petróleo e gás natural; concessão de rodovias e ferrovias; geração de energia elétrica e telecomunicações.

Ele destacou a importância de marcos regulatórios que viabilizem investimentos privados em infra-estrutura.

– Como 42% dos investimentos previstos no PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] devem ser realizados pela iniciativa privada, se tivermos inseguranças jurídicas não teremos os recursos para o país crescer e se desenvolver. Por isso, essa subcomissão é de fundamental importância para eliminar os nós que impedem os investimentos privados de marcar uma presença mais do que nunca necessária para garantir o desenvolvimento da infra-estrutura do país – disse.



Delcídio Amaral tem seis meses para regulamentar marcos regulatórios

DESENVOLVIMENTO

Estímulo à energia limpa em debate

Para debater a busca de fontes alternativas de geração de energia e também a produção e exportação de etanol e biocombustíveis uma série de audiências públicas reuniu especialistas, representantes de órgãos públicos e entidades privadas e o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, em audiência pública conjunta de três comissões permanentes do Senado.

As pesquisas e a exploração de fontes alternativas de energia têm recebido variadas formas de estímulo por parte do governo federal, de acordo com autoridades que participaram de audiência pública na semana passada. Os encontros foram realizados pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

De acordo com o coordenador-geral de tecnologias setoriais do Ministério da Ciência e Tecnologia, Adriano Duarte Filho, além das mais tradicionais, como a concessão de incentivos fiscais

e a subvenção econômica, novos procedimentos vêm sendo testados, como financiamentos sem retorno e projetos cooperativos.

Duarte Filho referiu-se ainda a lei recente que permite ao governo pagar parte dos salários de pesquisadores doutores contratados por empresas privadas para desenvolver pesquisas.

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, também citou iniciativas do governo de estímulo à diversificação da matriz energética brasileira. Kelman deu o exemplo da redução de 50% no custo da linha de transmissão para geradores que usem meios de geração alternativos, como



Roberto Rodrigues, Reinhold Stephanes e os senadores Joaquim Roriz, Marisa Serrano e João Tenório

a energia eólica. O governo, informou, pretende dar isenção de 100% no pagamento do uso da linha se a energia for resultado da queima de lixo urbano (que não coloca resíduos na atmosfera).

Kelman relatou ainda que o governo quer oferecer a um maior número de grandes consumidores a possibilidade de escolher o fornecedor de energia, o que lhes permitiria optar por matrizes alternativas. Outra forma de

incentivo beneficia as empresas geradoras de energia de fontes alternativas, dispensadas de aplicar um percentual do seu lucro em pesquisa e desenvolvimento.

Já o representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Ricardo Cotta Ferreira, afirmou que investimentos do setor privado na produção de biodiesel e etanol dependem de infra-estrutura e marcos regulatórios. É preciso também,

completou, superar problemas ambientais e trabalhistas enfrentados pelo setor, para reduzir sua vulnerabilidade internacional.

Para Antônio de Pádua Rodrigues, diretor da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única), a expansão da produção de cana tem sido voltada especialmente para o mercado interno. Só este ano, 17 novas usinas começaram a funcionar e a previsão para 2008 é de outras 30 novas.

Diversificar é o mais importante, destacam parlamentares

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu a necessidade de se restringir o uso de combustíveis fósseis e ampliar a utilização de novas fontes de energia. No Nordeste, que tem muito vento mas pouca água, ele disse que o mais adequado seria o uso de energia eólica. Delcídio Amaral (PT-MS) também chamou a atenção para o potencial de geração de energia eólica, mas mostrou preferência pelas pequenas centrais hidrelétricas, de 10 a 15 megawatts.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou não ser possível negar que os principais combustíveis em todo o mundo hoje são a gasolina e o gás natural. Ideli Salvatti (PT-SC) garantiu que o governo continuará investindo na diversidade da matriz energética, para evitar que o país seja refém de uma única fonte de energia.

Para senadores, ainda é preciso ajustar a política de produção

Durante os debates, o presidente da Subcomissão Permanente de Biocombustíveis, senador João Tenório (PSDB-AL), demonstrou preocupação com a produção excessiva sem que haja mercado real para a venda. César Borges (DEM-BA) lamentou que o governo tenha descuidado do setor primário e pediu atenção e apoio diferenciado para o Nordeste nos financiamentos para a produção de etanol e biocombustíveis.

João Pedro (PT-AM) chamou atenção para a necessidade de compatibilizar a produção de etanol e biodiesel com a preservação da Amazônia. Marisa Serrano (PSDB-MS) lembrou a necessidade de construção de um poliduto que cruzaria o Centro-Oeste, para transportar a produção proveniente da agroenergia. O senador Jonas Pinheiro (DEM-MT) também apontou possíveis problemas de logística.

Ainda elevado, custo da energia eólica deve baixar, diz especialista

A indústria de energia eólica é a que mais cresce no mundo e sua consolidação deverá reduzir os custos, ainda altos, da energia fornecida pela exploração dos ventos. Segundo informou a diretora-executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abee), Ivonice Campos, o país líder na utilização da energia eólica é a Alemanha, com 20 mil megawatts instalados. Em seguida, vêm os Estados Unidos, a Índia e a China – que em um único ano instalou 1,2 mil megawatts.

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, informou que, em média, o preço do megawatt/hora da energia gerada por usinas termoeletricas ou hidroeletricas é de R\$ 120; já a gerada por usinas eólicas fica em R\$ 232. A energia nuclear fica em torno de R\$ 140.

Os preços da energia eólica são altos, segundo Ivonice Campos, porque ainda não há uma indústria consolidada de geração desse tipo de energia, o que pode ser modificado com rapidez, uma vez que a instalação de usinas eólicas é muito rápida.

– Precisamos estimular, com políticas definidas, a industrialização do setor eólico no Brasil e, assim, chegar ao preço de R\$ 140 pelo megawatt/hora – disse.

Contag vê riscos na estratégia do etanol

Ao definir a estratégia de produção do etanol, o Brasil deve evitar que os interesses brasileiros sejam sufocados pelos dos norte-americanos, alertou Ivaneck Peres Alves, assessor jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Por não acreditar no compromisso dos usineiros brasileiros, o assessor advertiu ainda que os investimentos no etanol podem redundar em nada.

– A cana-de-açúcar produz dois bagaços, o de cana e o humano. O da cana se aproveita para a energia elétrica ou outras cadeias produtivas alternativas. O bagaço humano não tem perspectiva. Só em 2006, mais de dez pessoas morreram

Para ANP, produção de biodiesel deve ser uniformizada

A tecnologia de fabricação do biodiesel precisa ser uniforme ou, pelo menos, se valer de alguns parâmetros básicos, senão os resultados do uso de um óleo vegetal inadequado podem ser catastróficos, alertou o coordenador-geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Manoel Polycarpo de Castro Neto. Para ser reconhecido como biodiesel, disse, o produto precisa ter o selo de qualidade expedido pela ANP.

Para Castro Neto, a área de produção do biodiesel pode se estender pelo cerrado e incluir as áreas degradadas da Amazônia, de forma a não prejudicar a produção de alimentos. O desafio inicial – de produzir biodiesel para adicionar 2% do produto ao diesel – já está atendido, gerando uma economia de US\$ 160 milhões por ano.

– O Programa Nacional de Biodiesel prevê mistura de 2% no diesel, que será obrigatória a partir de 2008. Já estamos produzindo 800 milhões de litros e, em 2008, a produção será de 1 bilhão.

por exaustão em São Paulo – disse.

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) contestou enfaticamente o assessor jurídico da Contag.

– O que não pode é generalizar. Tem “pronafeiro” [quem recebe benefícios do Pronaf] que compra motocicleta com o dinheiro do governo – argumentou.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) também contestou o que considerou uma tentativa de se colocar em campos opostos o agronegócio e a agricultura familiar. A produção, compra e venda de produtos nessa cadeia de mais de 60 segmentos da economia inclui a todos que produzem, não importa o tamanho, afirmou.

Etanol não vai tomar lugar dos alimentos, diz Roberto Rodrigues

O plantio da cana-de-açúcar destinado ao etanol não tomará o lugar da produção de alimentos, como temem alguns setores da pesquisa e até da política, garantiu o ex-ministro da Agricultura, coordenador da Comissão Interamericana do Etanol e presidente do Conselho Superior do Agromercado da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Roberto Rodrigues.

– Não é verdade que a produção de cana vá se chocar com a alimentação. Temos milhões de hectares de pastagens que podem ser utilizados para a agricultura – afirmou.

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, destacou que atualmente o país tem quase 50 milhões de hectares destinados à produção de grãos, e o produtor brasileiro tem aumentado sua produtividade por hectare.

– Com o etanol, ocupamos hoje pouco mais de 10% [da área plantada], algo em torno de 6 milhões de hectares – disse.

Novo combustível produz inclusão social, afirma o governo

O programa de biodiesel, além de ser uma alternativa energética viável, promove inclusão social, assegurou Arnaldo Anacleto de Campos, coordenador-geral da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O governo, acrescentou, criou mecanismos tributários para estimular o usineiro de biodiesel a adquirir pelo menos parte da semente oleaginosa (soja, girassol, mamona, dendê, algodão, entre outras) dos pequenos agricultores familiares, gerando emprego no campo e estimulando a produção nos terrenos de assentados.

O coordenador defendeu enfaticamente o programa, que já está em seu segundo ano. O biodiesel chega hoje a 5 mil postos de combustíveis no Brasil, misturado em 2% ao diesel comum, e são produzidos 840 milhões de litros atualmente, devendo chegar a 2,4 bilhões em 2010.

COMISSÕES



Fiocca (D), ao lado de Mercadante: "Houve maior democratização dos investimentos", afirmou

BNDES concede mais financiamentos

Ainda na condição de presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Demian Fiocca afirmou na terça-feira, em debate na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que a instituição registrou aumento de 28% na concessão de financiamentos e de 49% em projetos aprovados nos últimos 12 meses. Fiocca, que na quarta-feira foi substituído no cargo pelo economista Luciano Coutinho, foi convidado para falar sobre a evolução dos empréstimos e linhas de crédito.

Para o presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), os dados mostram "uma aceleração espetacular de desembolsos, a eficiência do BNDES e seu papel de fomento ao crescimento da economia".

Fiocca informou que o BNDES está estendendo seu financiamento para grandes projetos no país e que a tendência é aumentar ainda mais o volume de repasse. Também na área das pequenas, médias e micro-

empresas, destacou, o BNDES aumentou em 12% o volume de operações.

– Houve maior democratização, ou seja, um maior número de empresas obteve financiamento. E há uma política de estímulo para que bancos façam mais financiamentos – disse.

Outros programas desenvolvidos são o de microcrédito produtivo para cooperativas e o cartão BNDES – a modalidade mais simples de financiamento oferecido pelo banco. Segundo Fiocca, o número de cartões emitidos aumentou de 46 mil para 106 mil, já que os empresários podem solicitar esse tipo de crédito pela internet.

Na área de empréstimos, o banco refez sua programação no final de 2005, com a adoção de novas política e escala, bem como de programas, incluindo uma previsão para devedores duvidosos. Também foram feitas, segundo Fiocca, várias reduções no spread (taxa adicional de risco cobrada no mercado financeiro; é variável, conforme a liquidez do

tomador, o volume de empréstimo e o prazo de resgate) em benefício de setores de logística, energia, indústria e ferrovias. Nas áreas sociais a queda foi mais intensa, assim como no setor de gás.

Fiocca relatou quatro casos de projetos considerados mais complexos, viabilizados para a Transpetro, Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) e Brasil Ferrovias (antiga Fepasa e Feronorte), que foi vendida para a ALL Logística.

A Brasil Ferrovias, por exemplo, estava há anos sem investimento e inadimplente com o governo e o BNDES. O banco reestruturou a dívida e colocou capital novo na instituição. A operação, segundo Fiocca, foi polêmica, mas o resultado hoje é excelente, pois o BNDES recuperou toda a dívida e o Tesouro Nacional pôde reaver débitos de R\$ 400 milhões. A empresa voltou a investir cerca de R\$ 500 milhões e adquiriu capacidade de investimento.

Empréstimos para o Nordeste aumentaram 27%

Durante o debate com senadores na CAE, o ex-presidente do BNDES, Demian Fiocca, disse que o volume de empréstimos e financiamentos para a região Nordeste tem crescido nos últimos anos – de 2005 para 2006, por exemplo, aumentou 27%.

Nesse mesmo período, segundo ele, o crescimento de recursos para o Sudeste foi de 9% e para o Norte, de 1%. Fiocca destacou ainda o "megafinanciamento" de quase R\$ 2 bilhões para o Porto de Suape (PE), "o mais desafiador e o maior financiamento feito pelo banco".

O senador Edison Lobão (DEM-MA) afirmou que o Nordeste tem recebido recursos minguados do BNDES, enquanto

o Sudeste recebe maior volume de incentivos. Fiocca respondeu que a instituição tem criado incentivos para a região, como a redução da taxa de juros.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também reclamou da diminuição de recursos do BNDES, que teria sido de 40% nos investimentos durante o governo Lula. Para o senador, o banco está acelerando os desequilíbrios regionais, já que aplica mais em regiões mais ricas, em detrimento das mais pobres.

Já Marcelo Crivella (PRB-RJ) elogiou a atuação da instituição pela gestão transparente e competente. Ele quis saber se havia uma diretoria específica no banco para tratar das micro

e pequenas empresas, já que esse setor é responsável por boa parte dos empregos gerados no país.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez várias perguntas sobre evolução da fonte de recursos do banco, alternativas de financiamento e diferenças, para as empresas, entre tomar recursos em bancos privados e no BNDES. Jayme Campos (DEM-MT) pediu linha de crédito do projeto Pró-Vias para municípios do seu estado e Romeu Tuma (DEM-SP) questionou o projeto que financiou a Brasil Ferrovias.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse que o banco deveria financiar projetos de privatização.

Indústria têxtil quer condições para competir

O Congresso foi o local escolhido pela Mobilização Nacional do Setor Têxtil e de Vestiário para reclamar das más condições de competitividade da indústria. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), responsável pela mobilização, o setor deixará de apresentar superávit comercial com o exterior e terá déficit de mais de US\$ 1 bilhão em 2007. Com isso, cerca de 200 mil empregos poderão ser extintos este ano.

Entre os fatores que impedem uma melhor posição da indústria nacional, a sétima do mundo, estão a alta carga tributária (que chegaria a 54,4% do faturamento do setor), o câmbio sobrevalorizado, a legislação trabalhista ultrapassada, as importações ilegais e a "maior taxa de juros reais do mundo".

"A indústria têxtil não quer proteção artificial, mas exige tratamento igualitário para evitar a exportação de empregos", destacou o presidente da Abit, Josué Gomes da Silva, que apresentou as demandas para ministros e parlamentares.

A mobilização levou ao Congresso dezenas de máquinas de costura, enfileiradas na fachada externa do prédio. Assim, a Abit tentou chamar a atenção para

suas demandas, com base em dados sobre a participação do setor na economia.

"O objetivo é mostrar um grave desequilíbrio macroeconômico que prejudica a competitividade da indústria, especialmente daquelas intensivas de mão-de-obra, como a têxtil", afirma Gomes da Silva.

Pelos dados da Abit, as 30 mil empresas do setor empregam 1,65 milhão de pessoas, 75% delas mulheres. O número representa 14% do total empregado na indústria de transformação, superado apenas pelo da indústria de alimentos.

Entre 2001 e 2005, esse ramo industrial duplicou as exportações, que chegaram a US\$ 2,2 bilhões. Na década de 90 a indústria investiu US\$ 10 bilhões em modernização e outros US\$ 8 bilhões estão previstos até 2010. Estudo do BNDES aponta ainda que a cada R\$ 10 milhões investidos, 1,4 mil empregos são gerados pelo setor.

A concorrência desleal de produtos chineses também foi condenada. O Brasil importa, de acordo com dados da Abit, produtos chineses por cerca da metade do preço de países como Estados Unidos, Índia e Argentina.

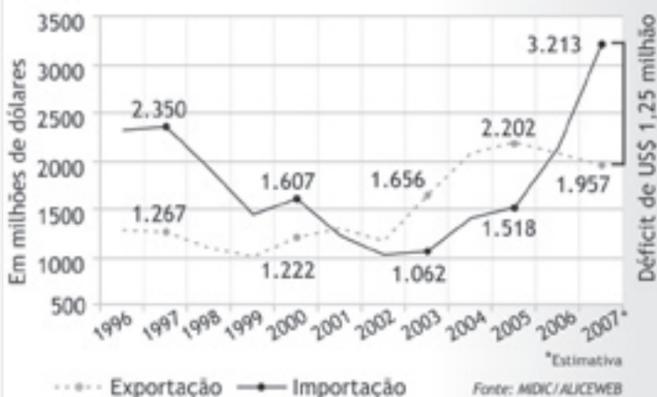
Carga tributária chegaria a 54,4% do faturamento do setor



Do total de 1,65 milhão de empregos gerados pelas empresas têxteis e de confecção, 75% são ocupados por mulheres

Balança comercial em desvantagem

Em seis anos, 2007 será o primeiro com resultado negativo



COMISSÕES

Alta tecnologia no censo agropecuário

Precisão e agilidade serão as principais características do censo agropecuário iniciado na semana passada – juntamente com a contagem da população rural –, com a incorporação de computadores de mão (palm tops) em substituição aos tradicionais questionários em papel. Essa é a avaliação do presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Nunes, que participou de audiência pública semana passada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

A contagem, iniciada no dia 16, abrangerá 5.435 municípios com até 170 mil habitantes, somados a 21 municípios situados em estados onde apenas um ou dois excedem esse número. Cer-

ca de 70 mil recenseadores farão as entrevistas portando palm tops equipados com receptores GPS e mapas digitalizados.

Eduardo Nunes informou que os pesquisadores visitarão 5,7 milhões de estabelecimentos agrícolas para realizar um raio-X da agricultura brasileira, a partir do qual será possível avaliar a estrutura produtiva, os empregos oferecidos e as técnicas utilizadas na produção. A previsão é que os primeiros resultados do censo agropecuário sejam divulgados em outubro.

A contagem da população 2007, esclareceu Eduardo Nunes, vai determinar o sexo e a idade dos habitantes para futura distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).



Presidente do IBGE, Eduardo Nunes (D), dá detalhes do censo. Ao seu lado, o senador Joaquim Roriz

Para CNA, pesquisa mostrará defasagem de políticas públicas

Ao participar do debate na CRA, o assessor técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) Luciano Carvalho afirmou que o censo agropecuário era uma antiga reivindicação do setor e irá mostrar a defasagem das políticas públicas para a agropecuária. Para ele, o uso de computadores de mão permitirá que os dados estejam disponíveis

on-line para todos os interessados, acelerando o processo de elaboração de novas políticas públicas.

Já o representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal (Fape-DF), José Roberto Vieira Dias, disse que, além das dificuldades relativas ao solo e à água, os agricultores do DF enfrentam uma carga tributária de 40% e conflitos agrários.

Kátia Abreu teme uso indevido das informações

Durante a audiência pública, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) disse ter estranhado o fato de o IBGE não ter feito uma parceria com as principais entidades rurais brasileiras para a realização do levantamento. Para ela, a ausência da parceria poderá prejudicar a pesquisa.

A parlamentar quis saber do presidente Eduardo Nunes qual a segurança jurídica que os proprietários agrícolas terão ao respon-

der ao questionário. Ela teme que, no futuro, as informações sejam usadas contra eles próprios. Kátia Abreu condenou ainda a ausência, no questionário, de perguntas detalhadas sobre a educação e a saúde no campo.

Eduardo Nunes respondeu que o IBGE consultou entidades ligadas ao setor agrícola para a aplicação do questionário, inclusive a CNA. Kátia Abreu, vice-presidente da confederação, negou

o recebimento de convite para manifestar-se sobre o assunto. O presidente do IBGE garantiu ainda que as respostas dadas pelos produtores rurais terão o sigilo assegurado e que as perguntas não buscam dados pessoais dos entrevistados.

O senador Neuto de Conto (PMDB-SC) afirmou que a pesquisa feita pelo IBGE servirá para que o país tenha um novo mapa do interior brasileiro.

Especialistas condenam excesso de profissões regulamentadas

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Ives Gandra da Silva Martins Filho, o secretário-geral da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – seção Distrito Federal, Luiz Eduardo Sá Roriz, e o coordenador de registros profissionais do Ministério do Trabalho, Francisco Gomes, são contrários à proliferação de regulamentação de profissões. Todos eles se manifestaram contra a avalanche de pedidos e projetos nesse sentido durante audiência pública realizada para debater 19 propostas sobre o tema que tramitam na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Francisco Gomes disse que há, no Ministério do Trabalho, 2.500

profissões catalogadas, das quais 84 são regulamentadas. Para Gomes, existem muitas propostas esdrúxulas de regulamentação de profissões e o ministério tem dado pareceres contrários a esses pedidos.

– Essa é a orientação do Ministério do Trabalho. Buscamos trabalhar para a inclusão na classificação brasileira de ocupações e o reconhecimento para que a categoria existente possa lutar pelos seus direitos e se organizar – declarou Gomes.

Ives Gandra observou que a multiplicação de profissões é um caminho difícil de ser adotado hoje e apontou problemas que acabam ocorrendo, tais como

reserva de mercado, corporativismo, criação de sindicatos diversos e esfacelamento de áreas profissionais.

Sá Roriz também criticou o excesso de pedidos de regulamentação, afirmando que, para tais solicitações, é preciso “ser o mais restritivo possível”. Para ele, a estratificação das profissões e o excesso de regulamentação não são o caminho para a modernidade, pois a tendência mundial é justamente a inversa.

A audiência foi realizada por sugestão dos senadores Cícero Lucena (PSDB-PB), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e Patrícia Saboya (PSB-CE), presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Para o governo há confusão na atribuição dos conselhos

É preciso decidir sobre a questão da regulamentação dos conselhos profissionais, para determinar se serão entidades privadas ou autarquias, defendeu o assessor da Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho Alessandro Ferreira dos Passos, durante a audiência pública na CAS.

Segundo Passos, a legislação que tornava os conselhos entidades privadas foi rejeitada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por entender que havia contradições nas atribuições

dessas instituições, que estavam exercendo funções típicas do Estado, tais como definir tributação e cobranças.

Se for decidido que os conselhos serão entidades privadas, argumentou, é necessário que se retire a obrigatoriedade de o profissional pertencer ao conselho e se retire a exigência de punição, entre outras medidas.

– É preciso que se opte por um dos caminhos, para que possamos avançar na regulamentação desses conselhos – disse.

Oriundos do Império, conselhos ainda são uma polêmica jurídica

As origens dos conselhos profissionais regulatórios no Brasil remontam à época do Império (1822-1889). Posteriormente, na era Vargas (1930-1945), os conselhos profissionais ganharam força e prestígio em termos políticos e econômicos e acabaram por adquirir o papel de órgãos fiscalizadores e regulamentadores das respectivas profissões.

Durante anos, essas entidades foram consideradas por juristas como órgãos paraestatais sui generis, na medida em que desempenham, por delegação do Estado, funções de cunho regulatório e fiscalizatório de determinadas profissões, tais como Advocacia, Medicina,

Odontologia, Psicologia, Economia etc.

A Lei 9.649/98, que dispõe sobre a organização do Poder Executivo, trata dos conselhos profissionais. Há opiniões divergentes sobre a natureza jurídica dos conselhos profissionais, se de direito público ou privado.

Na opinião do jurista e professor de História da PUC do Rio de Janeiro Ricardo Luiz Alves, por exemplo, essas entidades são pessoas jurídicas de direito privado e o fato de os conselhos exercerem uma atividade inerente ao poder público não os torna entidades profissionais regulatórias, por si só órgãos integrantes da administração pública.



Patrícia Saboya (C) preside audiência pública que ouviu, entre outros, o ministro Ives Gandra (E)

PLENÁRIO

Paim quer campanha contra a violência

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu uma mobilização nacional contra a violência e pela defesa da cultura da paz. Propôs um dia ou uma semana totalmente dedicados à campanha, com envolvimento de toda a sociedade e os três Poderes de Estado – Executivo, Legislativo e Judiciário (leia mais sobre o assunto nas páginas 3 a 6). Seria o início de uma “luta sem trégua” contra a violência, de acordo com o parlamentar.

– O brasileiro é solidário à dor alheia, porém essa solidari-

riedade tem de passar à ação.

Paim citou tragédias que chocaram o país e o mundo. Lembrou de fatos como a chacina da Candelária, no Rio de Janeiro, quando crianças de rua foram assassinadas. Lembrou ainda o ataque terrorista ao World Trade Center, nos Estados Unidos, e também o massacre de Eldorado dos Carajás, em que morreram 19 trabalhadores sem-terra no Pará. Ele não se esqueceu da morte do menino João Hélio, nem do recente episódio do jovem que assassinou 32 pessoas em uma

universidade norte-americana e cometeu suicídio.

O senador observou que muitas explicações são apresentadas para justificar atos bárbaros, desde problemas sociais, divergências políticas e religiosas a sentimentos de rejeição, raiva e ciúme. Mas nenhuma justificativa deve ser aceita para o assassinato.

– A vida é um direito sagrado e nós, que falamos tanto em direitos humanos, temos de cerrar fileiras numa verdadeira cruzada nacional contra a violência – reforçou.

Serys alerta para insegurança em Cuiabá

Serys Shessarenko (PT-MT) disse na última sexta-feira que Cuiabá também é uma cidade com altos índices de violência e insegurança pública e que o narcotráfico firmou-se como uma espécie de Estado paralelo no país. Para a senadora, a segurança pública é um problema de todo o Brasil e não apenas de um partido, e o combate à violência precisa de várias ações de governos estaduais, municipais e federal, além de recursos orçamentários.

Ao registrar os 288 anos da fundação de Cuiabá, Serys informou que, segundo pesquisa

do Instituto Vektor, 47,6% dos chefes de família da cidade citaram a segurança pública como o item que gera mais insatisfação na capital de Mato Grosso. De acordo com a senadora, “os assaltos se multiplicam por todos os lados, acontecem seqüestros relâmpagos, roubos de carros e invasões de residências”.

– É uma situação que reclama por respostas imediatas e concretas. Assumo aqui o



Serys garante empenho na busca por novos investimentos para capital de MT

compromisso de buscar, junto às autoridades do Ministério da Justiça, novos investimentos para que o Estado esteja cada vez mais presente – garantiu.

Gilvam propõe processos criminais ágeis

Gilvam Borges (PMDB-AP) informou na última sexta-feira, em Plenário, que apresentou projeto estipulando em três anos o prazo máximo de duração de um processo criminal. A proposta (PLS 183/07) altera o Código de Processo Penal e determina ainda que, vencido esse prazo, o juiz ou tribunal declare extinta a ação penal por morosidade judicial. A morosidade nos processos criminais, diz o senador, é uma

das causas da impunidade dos criminosos.

– Ou o Estado possui provas para condenar ou diz que não as tem e arquiva o processo. O Estado não pode ficar de fora. Precisa agir, se aparelhar, tornar-se ágil e eficiente – disse.

O senador citou pesquisa do DataSenado em que a impunidade aparece como a principal causa da criminalidade, na opinião dos brasileiros. E a impunidade, adverte ele, advém

principalmente “da Justiça morosa e ineficiente”.

Gilvam afirmou ainda que apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com os recursos especial e extraordinário – usados para discutir, respectivamente, a legalidade ou a inconstitucionalidade de uma decisão judicial – em matéria penal. Segundo ele, a PEC visa também acelerar o processo judicial e impedir que as penas prescrevam.

Edison Lobão adverte para crise energética no país

O Brasil pode enfrentar uma nova crise energética se não investir no setor. O alerta foi feito na sexta-feira pelo senador Edison Lobão (DEM-MA), que acusou o presidente Lula de ser tolerante com o governo da



Edison Lobão

Bolívia nas negociações sobre a importação do gás boliviano, matriz energética de muitas empresas brasileiras, e pediu investimentos em outras formas de geração de energia.

Ao citar matérias veiculadas nos jornais de sexta-feira, Lobão destacou que o próprio presidente Lula está aborrecido com o

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) por impor restrições que atrasam o início da construção de usinas hidrelétricas previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

As justificativas do Ibama para a demora, disse o senador, baseiam-se em leis que, a seu ver, precisam ser mudadas para o bem do Brasil.

Em apartes, os senadores Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) também criticaram as restrições do Ibama.

Mesquita Júnior aponta perigo da lei de gestão de florestas

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) criticou na sexta-feira a regulamentação da Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/06) publicada pela Presidência da República no último dia 21 de março. Para ele, que votou contra a proposta quando o projeto da lei tramitou no Senado, essa norma legal “trafega na contramão dos alertas e

preocupações acerca das causas e conseqüências do aquecimento global”.

Entre as causas do aquecimento global estão o desmatamento e as queimadas feitas na Amazônia e, para o senador, a nova lei pode piorar a situação ao gerar o que considera uma ferida na região só comparável à construção da Transamazônica nos anos 70.

Quintanilha pede a efetivação de agentes de saúde

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) pediu ao Poder Executivo a efetivação dos agentes comunitários de saúde nos quadros das respectivas prefeituras dos municípios em que atuam. Para o senador, essa é a saída para que a categoria possa ganhar salários mais condizentes com a importante tarefa que desempenham e ter condições para melhor exercer sua atividade de atuar na prevenção e no controle de doenças. Ele sugeriu ao presidente Lula que envie ao Congresso projeto de um piso salarial de R\$ 700 a R\$ 800 para a categoria.

Sibá defende criação responsável de novos municípios

Sibá Machado (PT-AC) defendeu a criação de novos municípios desde que tenham condições mínimas de auto-sustentabilidade, com destaque para a capacidade de arrecadação tributária própria. Com isso, observou, inúmeras localidades passariam a ter pleno desenvolvimento, gerando emprego e renda. O senador é autor de projeto de lei complementar (PLS 503/03) regulamentando o artigo 18 da Constituição, que trata dos procedimentos para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

HOMENAGENS

Senado celebra os 47 anos de Brasília

O Senado celebrou na semana passada, em sessão especial no Plenário, os 47 anos de fundação de Brasília, comemorados em 21 de abril. O presidente da Casa, Renan Calheiros, destacou que a

cidade é símbolo da “capacidade empreendedora, da coragem, do arrojo e da abertura para o futuro da população brasileira”.

Além de Renan Calheiros, também se pronunciaram os se-

nadores Adelmir Santana (DEM-DF), que propôs a homenagem, Joaquim Roriz (PMDB-DF), governador do Distrito Federal por quatro vezes, e Marconi Perillo (PSDB-GO).

Mozarildo ressalta integração nacional

Em discurso feito na última sexta-feira, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) parabenizou Brasília pela passagem de seu 47º aniversário e, principalmente, os seus habitantes. O senador enalteceu a visão de estadista do ex-presidente Juscelino Kubitschek, que, lembrou, ao transferir para Brasília a capital do país, promoveu o fantástico desenvolvimento da região Centro-Oeste, bem como sua ligação com a região Norte.

Mão Santa saúda JK e frisa contribuição de piauienses

Mão Santa (PMDB-PI) aproveitou a passagem do aniversário de Brasília – que completou 47 anos no último sábado – para saudar seu construtor, o presidente Juscelino Kubitschek, e o povo do Piauí pela participação que tiveram na implantação da cidade, contribuição que, destacou, perdura na atualidade. O senador disse que os piauienses formaram a segunda maior colônia de pioneiros, depois dos mineiros, que vieram construir a nova capital federal.

Comissão institui 2007 como Ano Nacional de Oscar Niemeyer

A Comissão de Educação (CE) decidiu instituir 2007 como o “Ano Nacional de Oscar Niemeyer”, em homenagem ao arquiteto carioca, que completa em dezembro 100 anos. Projeto nesse sentido, do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), foi aprovado

em decisão terminativa na terça-feira passada. Conforme a proposta (PLS 80/07), caberá ao Poder Executivo estabelecer a programação dos eventos comemorativos do centenário. Diversos senadores apoiaram o projeto, acolhido por unanimidade.

Exército homenageia senadores

Os senadores Valdir Raupp (PMDB-RO), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Gerson Camata (PMDB-ES) estão na lista dos agraciados este ano com a Ordem do Mérito Militar, a mais alta comenda do Exército. A solenidade de entrega das condecorações contou com a presença do presidente Lula.

Voz do Leitor

EMPREGO

“É preciso fazer algo para incentivar as pessoas com mais de 40 anos a terem acesso ao mercado de trabalho sem serem discriminadas devido à idade.”

Adão Gomes, de São João de Meriti (RJ)

JUSTIÇA

“Sugiro um projeto de lei que obrigue os tribunais de Justiça de última instância federais e estaduais a julgar os processos em no máximo 30 dias. A Justiça está muito morosa. Para agilizá-la, é necessário contratar novos servidores para melhorar o andamento dos julgamentos e processos.”

Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)

FUSO HORÁRIO

“O senador Tião Viana propôs mudar o fuso horário do Acre, que ficaria com a mesma hora de Manaus. A medida trará vantagens para a população ou atende apenas ao interesse empresarial? Uma modificação como essa merece um plebiscito, tal a repercussão que terá na vida de quem mora na região.”

Roldão Simas Filho, de Brasília (DF)

FIDELIDADE PARTIDÁRIA

“Os parlamentares que trocam de partido devem ser punidos com a perda do mandato, para que o troca-troca tenha fim.”

Edivan Cardoso Machado, de Viseu (PA)

MEIO AMBIENTE

“Sou leitora do Jornal do Senado há dez anos e alegrei-me ao ler matéria especial sobre meio ambiente, discorrendo sobre fim dos lixões, reciclagem e aquecimento global. Acredito que, em doses homeopáticas, cada ação ecológica, consciente e individual tem um efeito muito grande. Por exemplo, tomar banho rápido,

priorizar a bicicleta, consumir menos energia elétrica. Tão-somente com esses gestos podemos contribuir para barrar o aquecimento e salvar o planeta para as futuras gerações. Parabéns pela preocupação dos parlamentares e ao Jornal do Senado.

Marcia Costa Veit, de São José dos Campos (SP)

REDUÇÃO DA MAIORIDADE

“Acredito que a redução da maioria não está apenas relacionada com a questão criminal. Ela engrandece os jovens ao torná-los civilmente capazes de exercer um ofício.”

Francisco Guimarães de Assis, de Mamanguape (PB)

SALÁRIO DOS POLICIAIS

“Sugiro um Fundo Nacional de Segurança para melhorar e unificar os salários dos policiais, como acontece com a educação.”

Moab Teles Rocha, de Garanhuns (PE)

APAGÃO AÉREO

“Gostaria de parabenizar o senador José Agripino por ter afirmado que, enquanto não houver a CPI do Apagão, a oposição continuará fazendo obstrução. O Tribunal de Contas da União ressaltou que existem suspeitas de que a Infraero está envolvida em corrupção. O Senado Federal tem obrigação de instalar tal CPI.”

Murilo Medeiros, do Guará (DF)

CAMPANHA DA FRATERNIDADE

“Estou satisfeito com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pelo lançamento da Campanha da Fraternidade 2007 com o tema 'Amazônia e Fraternidade' e o lema 'Vida e Missão neste Chão'. Os parlamentares devem trabalhar no sentido de conscientizar o povo brasileiro com relação à preservação da floresta amazônica.”

Edson Cardoso Machado, de Tracuateua (PA)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

MULHER NO PODER

Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)

“Quais são as reais possibilidades de a mulher pleitear e conquistar cargos como as presidências do Senado, da Câmara e da República?”

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) responde:



Com certeza, nós mulheres temos absolutamente os mesmos direitos e as mesmas condições dos homens de assumirmos qualquer cargo, nas mais diferentes instâncias, seja no Judiciário, no Executivo ou no Legislativo. Precisamos, sim, ter uma mulher, seja na Presidência do Senado, na Presidência da Câmara, ou na Presidência da República. Na verdade, está demorando demais para que isso aconteça. Temos hoje mulheres com competência e compromisso político para os cargos de comando. Não se trata apenas de compromisso político-partidário, mas de defesa dos interesses do nosso país. A América Latina já conta com uma mulher na Presidência da República: Michelle Bachelet, do Chile. Na Venezuela pude ainda assistir a uma sessão da Câmara Federal, que também é presidida por uma mulher. Temos ainda uma mulher como primeira-ministra da Alemanha, Ângela Merkel. Esses são alguns exemplos, mas ainda é muito pouco, especialmente no Brasil. Vou continuar lutando para ampliar a presença feminina em todas as áreas representativas.

Agora é lei

Uso de celular em prisões

Os diretores de penitenciárias e agentes públicos que deixarem de cumprir o dever de impedir que o preso tenha acesso a qualquer aparelho telefônico, rádio ou similar poderão ser condenados a pena de prisão de três meses a um ano. Já o preso flagrado com esses aparelhos estará cometendo “falta disciplinar grave”. As punições estão previstas na Lei 11.466, que foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 28 de março.

A altera parte da Lei de Execução Penal e o Código Penal. Para o preso, a punição de “falta disciplinar grave” em sua ficha de detento poderá prejudicá-lo na obtenção de benefícios. A falta grave pode ser punida com isolamento e até perda do direito de progressão da pena de regime fechado para regime semi-aberto. A Lei de Execução Penal anterior não citava o uso de celular ou comunicação externa, não havendo punição específica para esses casos.

A detenção de diretores de penitenciárias e agentes públicos no caso do uso de celular por presos também não estava prevista na lei anterior. O projeto original foi apresentado pelo senador César Borges (DEM-BA) e o relator foi o senador Edison Lobão (DEM-MA). “Estamos definitivamente proibindo a presença de celulares e aparelhos de radiocomunicação nos presídios”, disse Lobão.

Frases

“Há uma tática genocida, que começa cercando as terras e a honra dos índios cintas-largas, e que se espalha indistintamente sobre a vida e a sorte de índios e índias em todo o estado e, pior, com a cumplicidade de autoridades do governo estadual de Rondônia”

Fátima Cleide, no Dia do Índio (19 de abril).

“A Constituição apresenta dispositivos que preservam os direitos dos criminosos, ao passo que as vítimas não contam com garantias legais de proteção”

José Sarney, ao cobrar proteção para as vítimas da violência.

“De que adianta aumentar as penas, pura e simplesmente, se elas não serão cumpridas pela maioria dos bandidos?”

Papaléo Paes, citando levantamento da ONU segundo o qual apenas 5% dos crimes registrados nas delegacias brasileiras são solucionados.

“Se olharmos o panorama do mundo contemporâneo, vamos constatar que o presidencialismo é cada vez mais uma exceção”

Fernando Collor, sobre proposta de emenda à Constituição de sua autoria que institui o parlamentarismo no Brasil.

“Nós vivenciamos várias CPIs nos últimos meses e ficou claro que houve uma desqualificação desse instrumento. As poucas que deram resultado foram aquelas não transformadas em ringue partidário.”

Ideli Salvatti, justificando sua oposição à CPI do Apagão Aéreo.

“O objetivo da CPI é mostrar ao governo o que não foi feito e apontar o que foi malfeito: o apagão continua a incomodar os brasileiros”

José Agripino, ao anunciar que a oposição já havia conseguido 34 assinaturas para criar a CPI do Apagão Aéreo.

“Lugar de criança é na escola e não na cadeia”

Patrícia Saboya, contra a redução da maioria penal.

Foto da Semana

Representantes de 98 povos indígenas participaram de audiência pública no Congresso em comemoração pelo Dia do Índio, 19 de abril. A principal reivindicação foi a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, em tramitação na Câmara. Eles também pediram que o governo discuta com as lideranças indígenas os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que possam causar danos ao meio ambiente ou às terras e à cultura dos índios



JOSE CRUZ

Saídas para conter a violência

A pesquisa de opinião pública sobre violência no Brasil, realizada pelo instituto DataSenado e divulgada na semana passada, será o tema do debate desta segunda-feira no programa Conexão Senado, que vai ao ar às 12h, pela Rádio Senado.

O levantamento mostrou que 75% dos entrevistados são favoráveis à prisão perpétua e que 93% querem que os investimentos em segurança sejam obrigatórios, como já acontece com saúde e educação (leia mais sobre a pesquisa nas páginas 4 e 5).

Os resultados do levantamento, para o qual foram entrevistadas 1.068 pessoas nos 26 estados e no Distrito Federal, vão municiar a votação dos projetos sobre segu-

rança pública que tramitam no Congresso, em processo iniciado na semana passada e que deverá ter continuidade nesta semana (veja matérias nas páginas 3 e 6).

Já no programa Música do Brasil, que será apresentado no sábado, dia 28, às 16h (reprise no domingo, às 11h), o destaque será o sambista carioca Ismael Silva, um dos principais nomes da música popular brasileira, cujas composições ficaram famosas nas vozes de Francisco Alves e Mário Reis, principais cantores da época. Constanam da programação as canções Antonico, Não há, Meu único desejo, Receio, Me faz carinhos, Amor de malandro, Arrependido, Quem não quer sou eu, Para me livrar do mal e Nem é bom falar, entre outras.



ARTE: CIRILO QUARTIM

Sambas consagrados de Ismael Silva, que ficaram famosos na voz de Francisco Alves, estarão no programa *Música do Brasil*

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 3

4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2

8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias
4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

O fim do tráfico de escravos no Atlântico

ALEXANDRE GUIMARÃES

A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos (1807-1869), do professor Leslie Bethel, é certamente a obra mais importante sobre o assunto desde sua publicação no início dos anos 1970. Desde 2002, é editado pelo Senado na coleção Biblioteca Básica Brasileira.

Bethel faz uma análise apurada dos fatos que levaram à extinção do

tráfico de escravos negros entre a África e a América e ao fim da escravidão neste continente.

Em 1807, somente dois países no mundo tinham extinguido o tráfico de escravos: Dinamarca, desde 1804, e Estados Unidos, por lei de 2 de março de 1807, ano marcado pelo ultimato de Napoleão a dom João VI, fechando os portos portugueses aos navios ingleses.

A solução foi a transferência da corte para o Brasil em 1808, sob a proteção dos ingleses, que, por sua vez, passaram a poder comercializar diretamente com

a colônia, grande fornecedora de matéria-prima (em especial, açúcar e minérios) e compradora de escravos africanos.

Os esforços pelo fim do tráfico foram iniciados pelos ingleses, que não viam mais lucros nesse comércio. As negociações com Portugal foram infrutíferas, mas a independência do Brasil permitiu a assinatura de um acordo bilateral contra o tráfico, em 1826.

Entretanto, esse comércio continuou, mesmo sendo ilegal desde 1830. A pressão inglesa se tornou mais forte e culminou com o Slave Trade Act, de 1845, conhecido no Brasil como Lei Bill Aberdeen.

Somente entre 1849 e 1850, cerca de 90 embarcações suspeitas de tráfico foram destruídas no Atlântico. Ao Brasil restou aprovar a Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, extinguindo definitivamente o tráfico.

Em abril de 1869, a Grã-Bretanha revogava a Lei Bill Aberdeen. Era o fim da questão do comércio de escravos e marco das relações anglo-brasileiras.



REPRODUÇÃO

SENADO

Servidor de tribunal fará curso do Interlegis e ILB

Na última quarta-feira, foi assinado pelo 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), um protocolo de intenções entre o Senado e o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN) para permitir aos servidores deste tribunal acesso aos cursos e demais ferramentas educativas e culturais oferecidos pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e pelo programa da Comunidade Virtual do Poder Legislativo – o Interlegis. De acordo com o convênio, professores do ILB e do Interlegis irão ao Rio Grande do Norte treinar servidores do TCE.

A cerimônia de assinatura do protocolo contou com a presença dos senadores do Rio Grande do Norte, José Agripino (DEM), Garibaldi Alves Filho (PMDB) e Rosalba Ciarlini (DEM); de depu-



Efraim (E) na assinatura do convênio, ao lado dos senadores Garibaldi e Agripino e do presidente do TCE, Paulo Roberto (D)

tados que representam o mesmo estado; do diretor-geral do Senado, Agaciel Maia; do presidente do TCE-RN, Paulo Roberto Chaves Alves; da diretora-executiva do ILB, Denise Zoghbi.

Efraim afirmou que o Senado vem apostando na educação e

destacou que, com isso, a Casa tem sido capaz de oferecer a outros órgãos treinamento dado por seu quadro de funcionários, por meio do Interlegis, da Unilegis e do ILB.

– Esse é o caminho: investir na pessoa – disse o senador.

Lançado documentário sobre Oscar Niemeyer

Foi lançado na quarta-feira, no Auditório Petrônio Portela, do Senado, o documentário A vida é um sopro, sobre a obra e trajetória do arquiteto Oscar Niemeyer. A exibição do filme, uma iniciativa da Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da Comissão de Educação (CE) e da Santa Clara Comunicação, dá início às comemorações do centenário do arquiteto carioca – responsável pelos projetos arquitetônicos que são a marca de

Brasília –, a ser celebrado no dia 15 de dezembro.

Estiveram presentes o diretor e roteirista Fabiano Maciel, o produtor e idealizador do projeto, Sacha, a distribuidora do filme, Bianca de Felippes, e a representante da Fundação Niemeyer, Rosane Stuckert. Compareceram ainda os senadores Adelmir Santana (DEM-DF), Marisa Serrano (PSDB-MS), Ideli Salvatti (PT-SC), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Eduardo Suplicy (PT-SP), além

do vice-governador do Distrito Federal, Paulo Octávio, entre outras autoridades.

Com 90 minutos de duração, o filme reconstrói a história do profissional que é considerado o maior ícone da arquitetura moderna brasileira. E é o próprio Niemeyer que conta, de forma descontraída, como concebeu seus principais projetos. O documentário entrou em cartaz nas salas de cinema de seis capitais brasileiras na última sexta-feira.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro A abolição do comércio brasileiro de escravos, da Biblioteca Básica Brasileira, publicado pelo Senado, pode ser adquirido por R\$ 20. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

Arquivo aberto



ROOSEWELT PINHEIRO

A fotografia acima (E), tirada na Biblioteca do Senado e publicada no *Jornal do Senado* de 15 de março de 2000, registra uma das homenagens feitas naquele ano a 25 mulheres escolhidas dentre as mais representativas da história do país. A nadadora Maria Lenk, falecida recentemente aos 92 anos, era uma delas. A esportista também visitou o Congresso 30 anos atrás.



TUCA VIEIRA/FOLHA IMAGEM

Ela foi ouvida, em 25 de agosto de 1977, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para Examinar a Situação da Mulher em todos os Setores de Atividades. Na ocasião, Maria Lenk representou as atletas brasileiras que reivindicavam a revogação de um decreto do Estado Novo proibindo às mulheres esportes supostamente incompatíveis com as condições femininas.

Há 10 anos No dia 25 de abril de 1997, entrou em vigor a Lei de Proteção de Cultivares (Lei 9.456/97), que estabeleceu garantias para pesquisadores, produtores rurais e profissionais da área de melhoramento de sementes.

Há 5 anos No dia 24 de abril de 1997, entrou em vigor a chamada Lei de Libras (Lei 10.436/02), oficializando a Língua Brasileira de Sinais. De iniciativa da então senadora Benedita da Silva, foi aprovada pelo Senado no dia 3 de abril daquele ano. Na sessão, o senador Pedro Simon destacou que “talvez como nunca, hoje, nesta Casa, estejamos votando um projeto que tem alma e sentimento, dedicação a exatamente uma parcela da população brasileira muitas vezes esquecida, mas que é, para nós, o exemplo admirável e extraordinário do que pode o povo brasileiro”.

Pesquisa elaborada pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Raul Grilo e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Abertura de negócio exige planejamento

Começar um negócio próprio é visto por muitos candidatos a empresário como uma alternativa ao desemprego, ao baixo salário ou à insatisfação no trabalho.

Mas será que essas são razões suficientes para se abrir uma empresa? Como saber se as chances

de dar certo são boas?

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), cerca de 80% desses empreendimentos fracassam antes de completar cinco anos.

Diante dessa realidade, o novo empreendedor deve saber que o

sucesso irá exigir muito esforço e persistência.

Veja neste Especial Cidadania quais os passos iniciais para se abrir um negócio sem correr riscos desnecessários.

Nas próximas edições, saiba como planejar, formalizar e fazer crescer seu negócio.

PASSO 1

Sou mesmo um empreendedor?

Essa é a primeira pergunta que você deve se fazer ao pensar em abrir um negócio.

De acordo com o Sebrae, o empreendedor tem de ter espírito criativo e pesquisador, buscando continuamente novos caminhos e soluções, sempre tendo em vista as necessidades das pessoas. A essência do empresário de sucesso é a preocupação sempre presente com o perfeito atendimento ao cliente e com a melhoria do produto.

Enquanto a maior parte das pessoas tende a enxergar apenas dificuldades e insucessos, o empreendedor deve ser otimista, apesar das dificuldades.

Veja se você...

- Tem iniciativa
- Busca novas oportunidades
- Corre riscos, desde que calculados
- Exige qualidade e eficiência
- É persistente
- É comprometido com suas iniciativas
- Busca informações
- Estabelece metas
- É capaz de planejar e monitorar sistematicamente o seu negócio
- Tem poder de persuasão
- É capaz de formar rede de contatos
- É independente e autoconfiante
- Conta com o apoio da sua família

Fonte: Sebrae (www.sebrae.com.br/br/parasuaempresa/definaseunegocio.asp)

Você sabia?

É comum o candidato a empresário pensar que, livre dos horários rigorosos do patrão, vai trabalhar menos ou em horários mais flexíveis?

Na prática ele descobre que abrir um negócio envolve trabalho bem mais árduo e responsabilidades maiores do que em qualquer emprego, muitas vezes exigindo um grande sacrifício, dele e da sua família.

PASSO 2

Quero atuar em qual ramo e setor?

Essa é a primeira e uma das mais difíceis escolhas a serem feitas. O candidato a empresário deve conhecer o ramo de atividade e o setor pretendido, de preferência por já ter trabalhado neles. Experiência, conhecimento do assunto e uma rede de contatos serão essenciais para reduzir os riscos a níveis aceitáveis. Veja os grandes ramos de atividade:

► Indústria

Transforma matérias-primas, manualmente ou com auxílio de máquinas e ferramentas, fabricando mercadorias. Abrange diversos setores de atividade, desde o artesanato até a produção de instrumentos eletrônicos, passando por gráficas, calçados, vestuários, móveis, couros, serralheria/metalurgia e mecânica etc.

► Comércio

Vende mercadorias diretamente ao consumidor – varejista – ou compra do produtor para vender ao varejista – atacadista. São exemplos de setores do ramo: veículos, tecidos, combustíveis, ferragens, roupas, alimentos, laticínios, armário.

► Serviços

Oferecem o próprio trabalho ao consumidor. É o caso das lavanderias, hospitais, escolas etc. O serviço pode ser prestado nos setores de alimentação, transporte, turismo, saúde, educação e lazer, entre outros.

Como ter uma idéia de negócio?

Pesquise, estude, observe as atividades e pessoas ao seu redor. Um bom começo pode ser uma visita às idéias do Sebrae (www.sebrae.com.br/br/parasuaempresa/ideiasdenegocios.asp).

PASSO 3

Qual o tipo de negócio que desejo abrir?

Qual o formato de negócio mais adequado e compatível com a sua necessidade, conhecimento e disponibilidade?

► Franquia

Franquia é o sistema pelo qual o franqueador cede ao franqueado os direitos de uso da sua marca ou patente e a distribuição exclusiva ou semi-exclusiva dos produtos ou serviços registrados por ele. É comum o franqueador ceder também a tecnologia de implantação e de administração de negócio, mediante pagamento.

Existem vários tipos de relação entre franqueador e franqueador e vários estágios de desenvolvimento de uma franquia. Quanto mais consolidada, menor o risco e maior o controle do franqueador sobre o franqueado.

Antes de investir, é fundamental conhecer todos os aspectos da franquia, tomando cuidado especial em relação às taxas a serem pagas. Procure a Associação Brasileira de Franchising (ABF) para saber mais e observe o mercado, buscando encontrar entre as melhores oportunidades aquelas que mais se aproximam de seu perfil e perspectivas.

É importante conhecer os manuais de instrução e obter informações de outros franqueados e da própria ABF. Evite fechar negócio através de intermediários, como escritórios de corretagem, seja cauteloso com franquias que não cobram taxas e não se esqueça de submeter o contrato a um advogado antes de assiná-lo.

► Empresa familiar

Por envolver toda a família, ao mesmo tempo em que é beneficiada pela união e lealdade, pode ser contaminada pelas relações familiares. Exige conhecimento de ferramentas de gestão, planejamento e monitoramento.

► Escritório em casa

As maiores oportunidades estão

nos seguintes setores: contabilidade, cosméticos, alimentos, confecções, publicidade, computação gráfica e consultorias em geral.

As principais vantagens são: mais qualidade de vida, maior independência e iniciativa, redução de custos (empregados, alimentação, transporte, aluguéis, telefones etc.), rendimentos maiores que os de empregos e facilidade de mudança do ramo de atividade, caso haja insucesso.

Já as desvantagens são: perda de privacidade, confusão entre trabalho e lazer, tendência ao isolamento social, desatualização em conhecimentos gerenciais, dificuldades para evitar sobrecarga de trabalho, interferências de assuntos domésticos e dificuldade de obtenção de crédito, em caso de empresa informal.

► Comércio eletrônico

Para o Sebrae, a maior vantagem dos negócios pela internet é que as empresas não precisam ser gigantes para competir porque pode-se vender para clientes de qualquer lugar, 24 horas por dia, com custos reduzidos.

Mas essa atividade tem uma lógica própria e exige conhecimento especializado. É necessário ter uma estrutura empresarial e cuidar especialmente da logística, que é a ciência de fazer chegar o produto certo, na quantidade, lugar e tempo certos, com o mínimo custo.

► Empresa individual

Nesse tipo de empresa, a independência é total e os riscos, mais altos, embora os custos possam ser bem menores. Mesmo pequena, nenhum item do planejamento deve faltar.

► Sociedade

Aqui, além de planejar, é preciso estabelecer regras claras. O contrato social deve ser redigido com cuidado para evitar desgastes futuros. É recomendável procurar um advogado na hora de formalizar a empresa.

Saiba mais

Sebrae Nacional
SEPN Quadra 515, lote 3, bloco C
Asa Norte - Brasília (DF) CEP 70770-530
(61) 3348-7100/7128 Fax 3347-3581
www.sebrae.com.br
Unidades do Sebrae
www.sebrae.com.br/br/falecomsebrae/index.asp

Associação Brasileira de Franchising (ABF)
Av. Brig. Faria Lima, 1739, 3º andar - Jardim Paulistano
São Paulo (SP) - CEP 01452-001
(11) 3814-4200 - Fax 3817-5986
www.abf.com.br

Você é totalmente responsável pelo cliente que cativa

O único resultado aceitável de um negócio é o "ganha-ganha": comprador e vendedor satisfeitos. Ao começar um negócio tenha em mente a responsabilidade que lhe cabe pelas expectativas do cliente.